

# MUNICÍPIOS DA REGIÃO ALENTEJO

## RELATÓRIO DE EXECUÇÃO FINANCEIRA | 2019

DIRECÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO JURÍDICO E À ADMINISTRAÇÃO LOCAL

Évora, 2021



**Coordenação:**

Carlos Rui de Lemos Neves Branco

**Responsabilidade pela Execução Técnica:**

Ana Caeiro

- Divisão de Finanças Locais e Modernização
  - Direção de Serviços de Apoio Jurídico e à Administração Local

## ÍNDICE

<b>INTRODUÇÃO</b>	4
<b>PARTE I - ANÁLISE FINANCEIRA</b>	5
I - 1 - Receitas arrecadadas	5
I - 2 - Impostos diretos	6
I - 3 - Outras receitas	8
3.1 - Venda de bens e serviços	8
3.2 - Fundos Comunitários (capital)	9
3.3 - Passivos financeiros (empréstimos)	9
I - 4 - Compromissos (despesa) e capacidade para pagar	10
I - 5 - Despesa paga	12
I - 6 - Despesa com pessoal	14
I - 7 - Aquisição de bens e serviços	16
I - 8 - Serviço da dívida bancária	17
I - 9 - Aquisição de bens de capital	18
I - 10 - Saldos	19
I - 11 - Endividamento Municipal	19
I - 12 - Fator Gerador da Dívida	20
<b>PARTE II - ANÁLISE PATRIMONIAL</b>	21
II - 1 - Liquidez geral	21
II - 2 - Balanço	22
II - 3 - Demonstração de Resultados	26
<b>PARTE III - INDICADORES REGIONAIS</b>	28
<b>CONCLUSÃO</b>	35
<b>ANEXO I</b>	36
<b>ANEXO II</b>	37



## INTRODUÇÃO

Apresenta-se, como programado, para o exercício de 2019, o relatório síntese sobre a caracterização e respetiva evolução das finanças municipais, para a região Alentejo (agregação dos 47 municípios alentejanos).

De realçar que é o último ano em que os Municípios elaboram a Prestação de Contas em conformidade com o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL). A 1 de janeiro de 2020, entrou em vigor o SNC-AP (Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro e posteriormente pelo Decreto-Lei n.º 84/2019, nos termos do disposto do n.º 1 do art.º 98º da Lei do Orçamento de Estado.

Os dados que enformam este estudo provêm das prestações de contas das administrações municipais (sem consolidação) e caracterizam-se por uma vertente contabilístico – financeira orçamental (numa ótica de caixa) e uma vertente patrimonial, na ótica do POCAL.

Em termos orçamentais, as operações contabilísticas estão abrigadas num classificador económico adaptado às autarquias locais, classificador este enquadrado no Decreto-Lei nº 26/2002, de 14 de fevereiro, o qual, em termos sintéticos, está descrito no Anexo I do presente Relatório.

## PARTE I - ANÁLISE FINANCEIRA

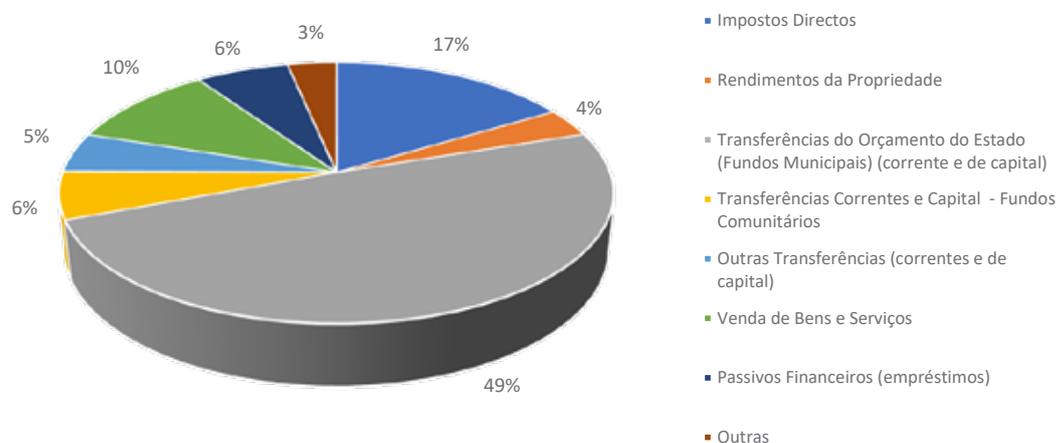
### I - 1 - Receitas arrecadadas

As receitas arrecadadas em 2019 (sem o saldo da gerência anterior), montantes e composição interna por natureza, na região Alentejo, são apresentadas no quadro seguinte:

Quadro nº 1 - Receitas Totais Municipais (Recebimentos) – Exercício de 2019 <sup>1</sup>  
Região Alentejo

Receitas Totais	Montante (€)	%
Impostos Diretos	106 087 194,86	16,39
Impostos Indiretos	3 612 064,00	0,56
Taxas, Multas e Outras Penalidades	8 253 044,22	1,28
Rendimentos da Propriedade	22 817 982,97	3,53
Transferências Correntes - Administração Pública Central - Fundos Municipais	279 853 074,70	43,24
Transferências Correntes - Administração Pública Central – Outros	16 486 668,98	2,55
Transferências Correntes - Administração Pública Local	78 802,89	0,01
Transferências Correntes - Administração Pública - Outros Entes Públicos	3 904 504,03	0,60
Transferências Correntes - Fundos Comunitários	3 157 909,14	0,49
Transferências Correntes - Particular e outras	2 973 227,60	0,46
Venda de Bens e Serviços	66 981 175,00	10,35
Outras Receitas Correntes	3 452 168,93	0,53
Venda de Bens de Investimento	5 580 308,27	0,86
Transferências Capital - Administração Pública Central - Fundos Municipais	39 338 763,89	6,08
Transferências Capital - Administração Pública Central – Outros	7 302 778,07	1,13
Transferências Capital - Administração Pública Local	8 847,26	0,00
Transferências Capital - Administração Pública - Outros Entes Públicos	75 948,36	0,01
Transferências Capital - Fundos Comunitários	35 050 330,81	5,42
Transferências Capital - Particular e outras	680 826,43	0,11
Ativos Financeiros	8 805,43	0,00
Passivos Financeiros	40 908 049,51	6,32
Outras Receitas de Capital	357 006,53	0,06
Reposições Não Abatidas nos Pagamentos	248 486,13	0,04
<b>Total das Receitas</b>	<b>647 217 968,01</b>	<b>100,00</b>

Gráfico n.º 1 - Composição das Receitas Arrecadas em 2019



<sup>1</sup> Fonte: Prestações de Contas dos 47 Municípios de 2019  
DSAJAL/DFLM

Da análise conjunta, referente a 2019, das receitas arrecadadas na Região (quadro nº 1 e gráfico nº 1), podemos retirar as seguintes conclusões:

- A arrecadação, por parte das transferências do Orçamento de Estado (fundos municipais corrente e de capital), atingiu os 319,2 milhões de euros, 49,32 % do total das receitas, continuando a ser a fonte principal de rendimentos municipais, mostrando-se assim a contínua dependência do perfil definido pela lei de finanças locais;
- Em segundo lugar temos os Impostos Diretos, com um recebimento de 106,09 milhões de euros (16,39 % do total);
- Em terceiro lugar está a Venda de Bens e Serviços com uma receita de 66,9 milhões de euros (10,35 % do total);
- Na quarta posição, no elenco das principais receitas de 2019, consta as Transferências provenientes dos Fundos Comunitários (corrente e de capital) com uma participação de 38 milhões de euros (5,90 % do total).

Quadro n.º 2 - Capacidade de Cobrança <sup>2</sup>

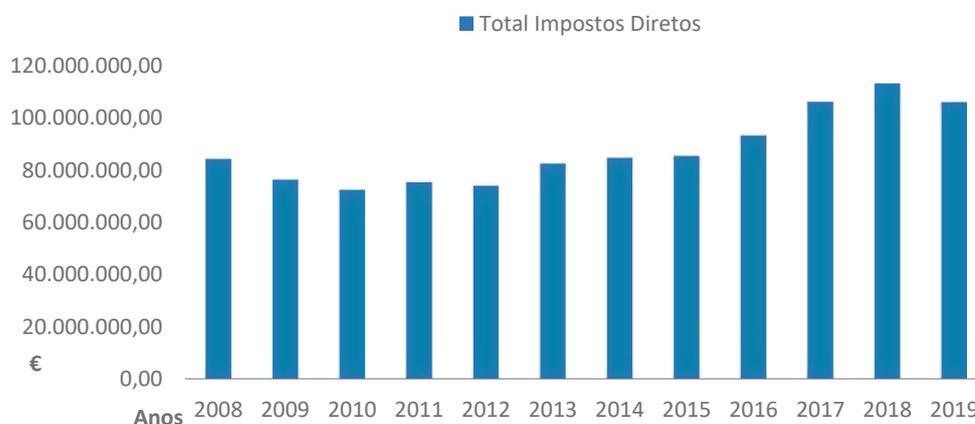
	Receita por Cobrar no Início do Ano (€) (1)	Receita Liquidada Total no Exercício (€) (2)	Receita Cobrada Líquida Total no Exercício (€) (3)	Capacidade de Cobrança (%) (4=3/(1+2))
2018	44 373 978,39	605 092 556,54	592 026 151,65	91,16
Var%	-6,44	-12,67	0,20	
2019	44 425 201,91	705 473 009,03	677 120 572,73	90,29
Var%	0,12	16,59	14,37	

O quadro nº 2 apresenta-nos a capacidade das administrações municipais alentejanas, ao nível da sua tesouraria, para cobrarem os seus direitos a receber. A relação entre, por um lado, a receita cobrada líquida e, por outro, a receita por cobrar no ano anterior mais a liquidada no exercício, titulada como capacidade de cobrança. No exercício de 2019, o valor da capacidade de cobrança situa-se em 90,29%.

## I - 2 - Impostos diretos

Os impostos diretos englobam o IMI (Imposto Municipal sobre Imóveis), IUC (Imposto Único de Circulação), IMT (Imposto Municipal incidente sobre as Transmissões Onerosas de Bens Imóveis), Derrama e Impostos Abolidos.

Gráfico n.º 2 - Evolução do Recebimento dos Impostos Diretos



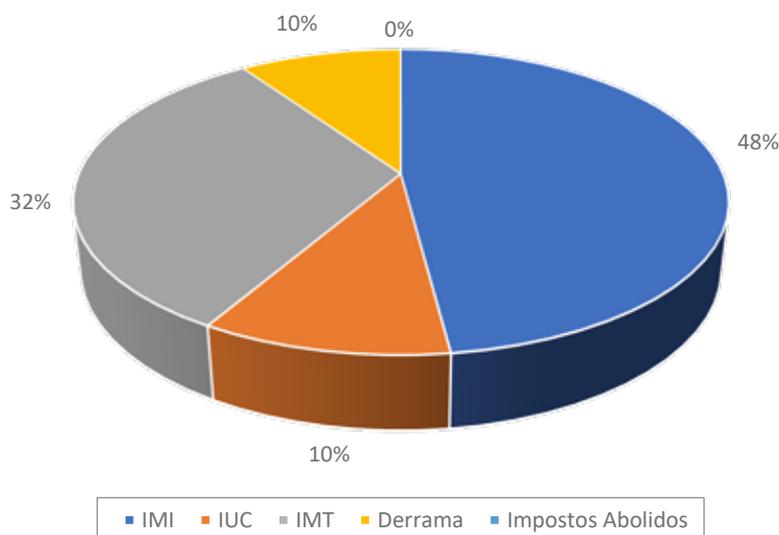
<sup>2</sup> Fonte: Prestações de Contas dos 47 Municípios de 2019  
DSAJAL/DFLM

O gráfico nº 2 mostra-nos a evolução da arrecadação dos impostos diretos no período temporal de 2008 a 2019. A evolução desta receita tem-se revelado instável, característica que se mantém, uma vez que se verifica uma diminuição desta receita no ano de 2019, na ordem dos 7 milhões de euros (-6,25%).

Quadro n.º 3 - Impostos Diretos Municipais (Recebimentos) 2019 - Região Alentejo <sup>3</sup>

	2019		
	(€)	% I. D. <sup>4</sup>	% T. R. <sup>5</sup>
Imposto Municipal sobre Imóveis	50 888 288,41	47,97	7,86
Imposto Único de Circulação (IUC) (ex IMV)	11 057 051,87	10,42	1,71
Imposto Municipal sobre as Transações Onerosas de Imóveis	34 002 038,41	32,05	5,25
Derrama	10 128 435,73	9,55	1,56
Impostos Abolidos	11 380,44	0,01	0,00
<b>Total Impostos Diretos</b>	<b>106 087 194,86</b>	<b>100,00</b>	<b>16,39</b>
<b>Total das Receitas</b>	<b>647 217 968,01</b>		<b>100,00</b>

Gráfico n.º 3 - Composição dos Impostos Diretos (2019)



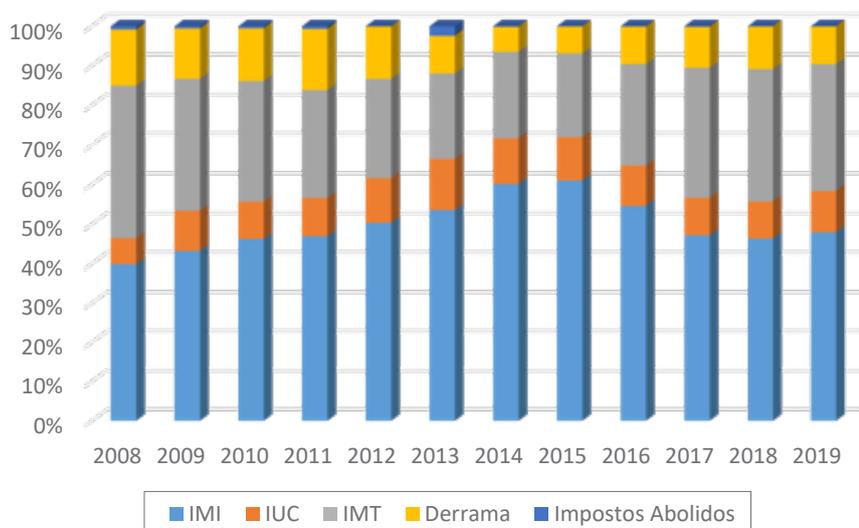
Da análise conjugada do quadro nº 3 e gráfico nº 3, conclui-se que em 2019 foram arrecadados 106,09 milhões de euros de impostos diretos (16,39 % do total). Em termos de composição interna, em 2019, o imposto com maior arrecadação continuou a ser o imposto municipal sobre imóveis (IMI) com 50 milhões de euros (47,97 % do total dos impostos diretos), em segundo lugar continuou a registar o imposto municipal sobre transações (IMT) com uma arrecadação de 34 milhões de euros (32,05 % do total destes impostos), seguindo-se o IUC, com 11,06 milhões de euros (10,42 %). Por fim, vem a Derrama, com 10,1 milhões de euros (9,55 % de participação).

<sup>3</sup> Fonte: Prestações de Contas dos 47 Municípios de 2019  
DSAJAL/DFLM

<sup>4</sup> % do Total dos Impostos Diretos

<sup>5</sup> % do Total das Receitas

Gráfico n.º 4 - Evolução do Recebimento dos Impostos Diretos



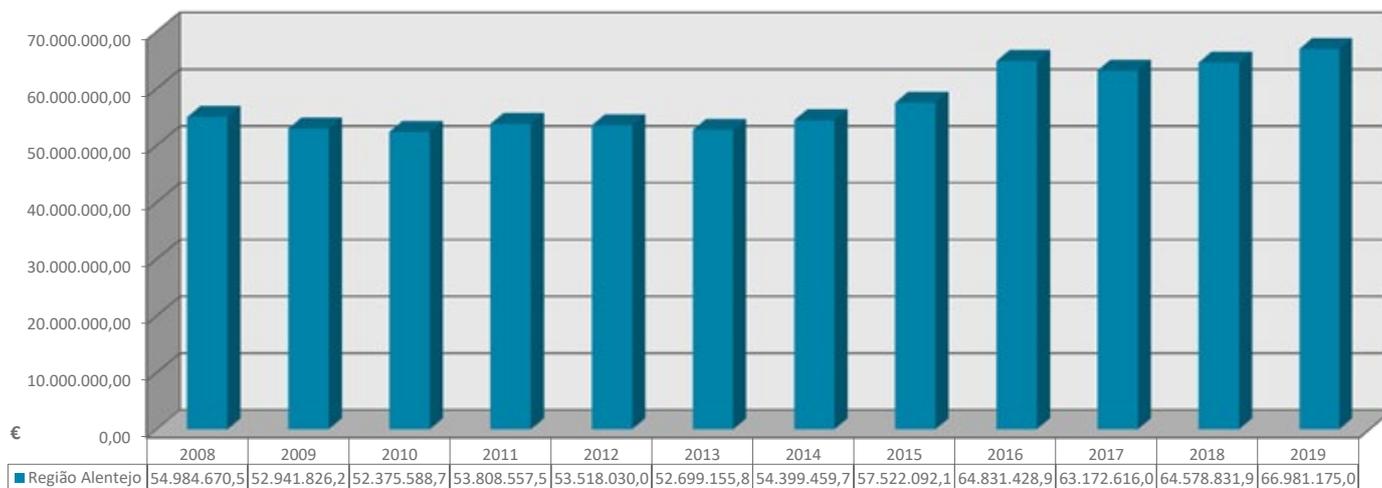
O gráfico nº 4 representa a evolução temporal da desagregação dos impostos diretos. No exercício de 2019 verifica-se uma ligeira diminuição no recebimento do IMI em relação ao ano de 2018, embora se mantenha na ordem dos 50 milhões de euros (-3,01%). Tal como o IMI, também o IMT e a Derrama sofreram um decréscimo, o IMT em 10,20% e a Derrama em 16,93%. Apenas o IUC registou um acréscimo de 4,07%, totalizando um recebimento de 11,06 milhões de euros.

### I - 3 - Outras receitas

#### 3.1 Venda de bens e serviços

A receita da venda de bens e serviços está representada no gráfico n.º 5. Apesar da evolução irregular, verifica-se que nos três últimos anos se registou um aumento nesta variável.

Gráfico n.º 5 - Venda de Bens e Serviços

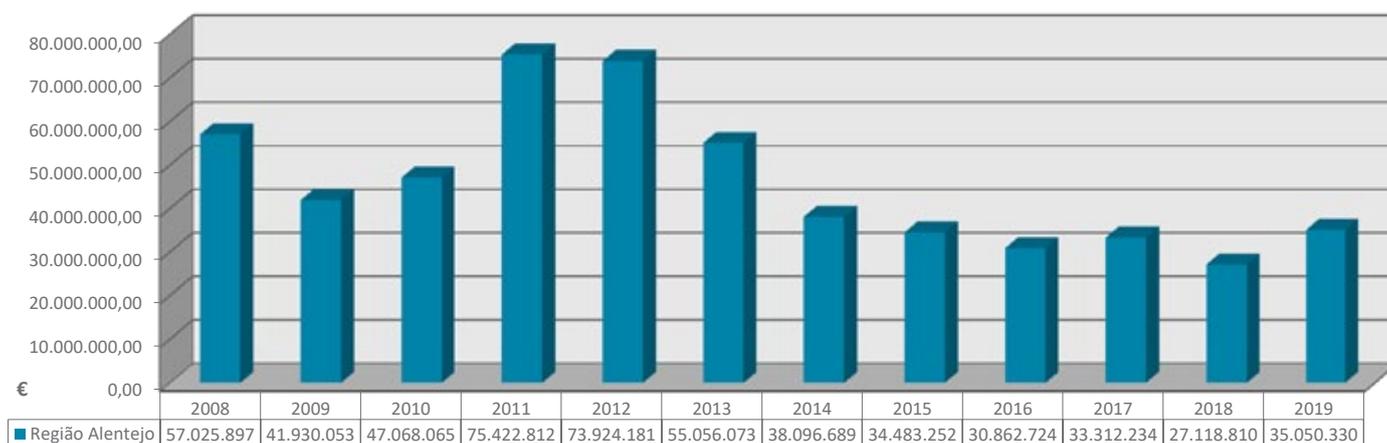


### 3.2 Fundos Comunitários (capital)

A receita de Fundos Comunitários, na componente de capital, tem tido um comportamento irregular no período em análise, de 2008 a 2019.

Verifica-se que em 2019 ocorreu um acréscimo de 7,9 milhões de euros, de 29,25%, como se pode observar no gráfico n.º 6. Ainda assim, os valores dos últimos anos estão distantes do valor máximo atingido em 2011.

Gráfico n.º 6 - Fundos Comunitários (de capital)

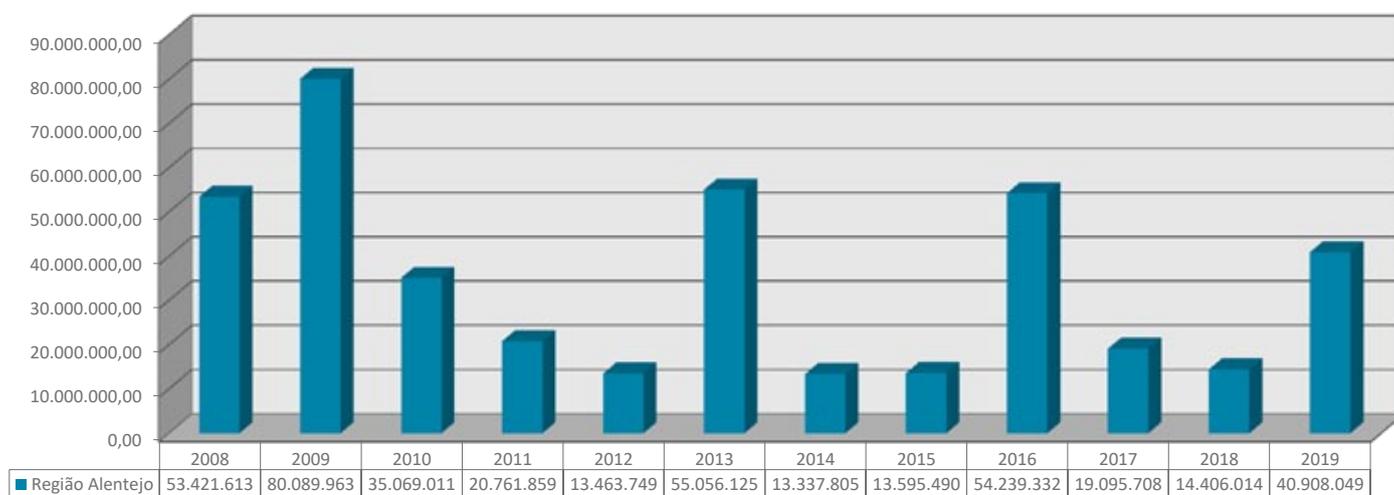


### 3.3 Passivos financeiros (empréstimos)

Este tipo de receita agrega empréstimos de curto e de médio e longo prazos, com características diversas, tais como:

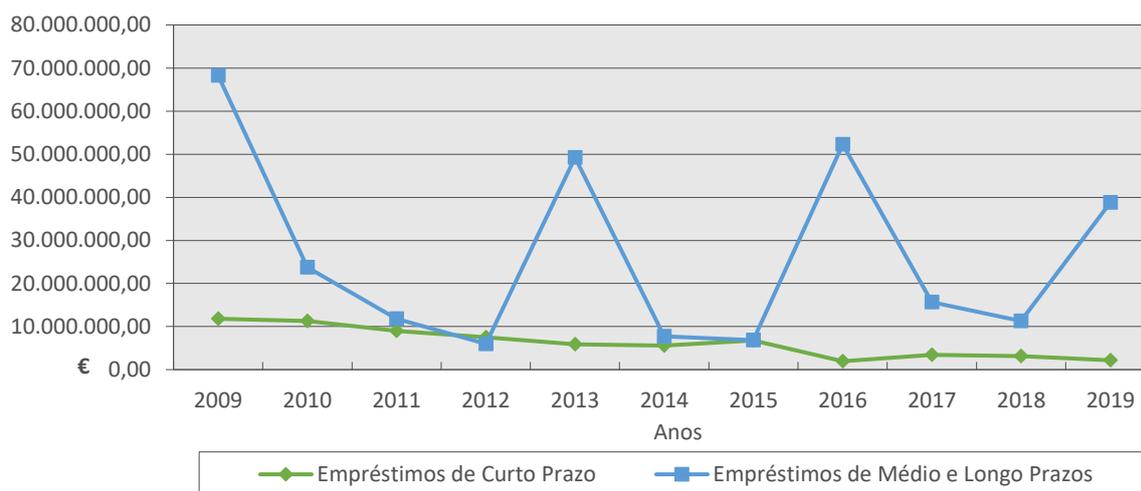
- Os empréstimos de curto prazo têm um período de vida que vai até um ano e o seu objeto é exclusivamente fazer frente às dificuldades de tesouraria;
- Os empréstimos de médio e longo prazos têm períodos de vida mais longos e o seu objetivo confina-se ao investimento ou ao reequilíbrio e saneamento financeiros.

Gráfico n.º 7 - Passivos Financeiros (empréstimos)



Em termos de recebimento global, podemos verificar através do gráfico n.º 7, que existiram várias oscilações durante o período de 2008 a 2019. Observamos que se registou um aumento significativo em 2019 face a 2018, dado que se verifica um acréscimo de 26,5 milhões de euros, 183,97%. No entanto, encontra-se ainda distante do valor máximo atingido em 2009.

Gráfico n.º 8 - Evolução dos Empréstimos Contraídos



Através da análise do gráfico n.º 8, verificamos que houve um ligeiro decréscimo nos empréstimos de curto prazo, registando-se um aumento nos empréstimos de médio e longo prazo, que levou a um maior impacto no recebimento global.

#### I - 4 - Compromissos (despesa) e Capacidade para pagar

Nesta secção apresenta-se a composição dos compromissos: os compromissos (despesa) por pagar no ano anterior, a despesa assumida (compromissos) do exercício e a despesa assumida (compromissos) para exercícios futuros.

Quadro n.º 4 - Composição dos compromissos<sup>6</sup>

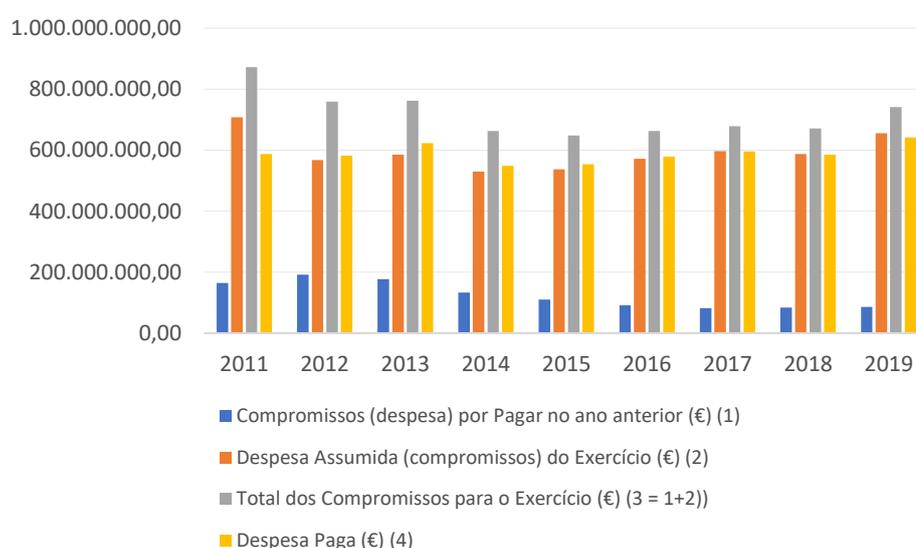
Ano/ var%	Compromissos (despesa) por Pagar no ano anterior (€)	%	Despesa Assumida (compromissos) do Exercício (€)	%	Despesa Assumida (compromissos) para Exercícios Futuros (€)	%	Total dos Compromissos (€)
2011	164 835 300,29	16,79	707 516 486,98	72,05	109 643 200,18	11,17	981 994 987,45
2012	191 455 167,59	20,47	568 060 947,41	60,72	175 989 316,23	18,81	935 505 431,23
Var%	16,15		-19,71		60,51		-4,73
2013	177 477 834,56	18,08	585 062 641,40	59,62	218 837 116,69	22,30	981 377 592,65
Var%	-7,30		2,99		24,35		4,90
2014	132 811 931,85	13,53	530 156 246,05	54,02	252 404 306,70	25,72	915 372 484,60
Var%	-25,17		-9,38		15,34		-6,73
2015	110 426 225,10	11,25	537 505 806,42	54,77	276 309 739,24	28,16	924 241 770,76
Var%	-16,86		1,39		9,47		0,97
2016	91 422 469,92	9,32	571 597 244,20	58,24	343 804 712,25	35,03	1 006 824 426,37
Var%	-17,21		6,34		24,43		8,94
2017	82 293 373,97	8,39	596 889 548,52	60,82	379 261 030,96	38,65	1 058 443 953,45
Var%	-9,99		4,42		10,31		5,13
2018	84 296 418,96	8,59	587 131 004,59	59,83	433 536 304,26	44,18	1 104 963 727,81
Var%	2,43		-1,63		14,31		4,40
2019	85 797 151,36	8,74	655 648 881,60	66,81	460 917 794,79	46,97	1 202 363 827,75
Var%	1,78		11,67		6,32		8,81

<sup>6</sup> Fonte: Prestações de Contas dos 47 Municípios de 2019  
DSAJAL/DFLM

O quadro nº 4 aborda os compromissos assumidos (despesa) na sua composição por natureza.

- Na sequência do que se verificou em 2018 em termos de variação dos compromissos, registou-se, em 2019, um ligeiro aumento de 1,5 milhões de euros (1,78 %) nos compromissos por pagar do ano anterior;
- No que se refere à despesa assumida (compromissos) do exercício, verificou-se a situação inversa face a 2018, uma vez que existiu um acréscimo significativo no valor de 68,5 milhões de euros (11,67%);
- Os compromissos para exercícios futuros sofreram crescimentos consecutivos em todo o período (2011 a 2019). No ano de 2019 estes compromissos voltaram a crescer 27,3 milhões de euros (6,32%). No entanto, manifesta-se alguma preocupação, relativa à evolução para a tendência positiva do peso dos compromissos para exercícios futuros no total dos compromissos assumidos, passando de 11,17 % em 2011 para 46,97 % em 2019, continuando a sobrecarregar, desde já, os próximos exercícios financeiros.

Gráfico n.º 9 - Capacidade para pagar



O gráfico nº 9 mostra-nos a capacidade (financeira e/ou de tesouraria) de pagar os compromissos entretanto assumidos, através da relação entre a despesa paga e o acumulado dos compromissos brutos por pagar transitados e os compromissos assumidos no exercício, a esta relação titulou-se como capacidade para pagar. Podemos observar que a situação em 2019 é semelhante ao exercício de 2018, sendo que se registou uma ligeira quebra, situando-se o valor da capacidade para pagar em 86,57%.

## I - 5 - Despesa paga

O presente bloco apresenta-nos as despesas pagas em 2019, a evolução da despesa total no período 2008/2019 e a relação entre a despesa paga em 2011/2019 originária em exercícios anteriores e o total da despesa paga no ano.

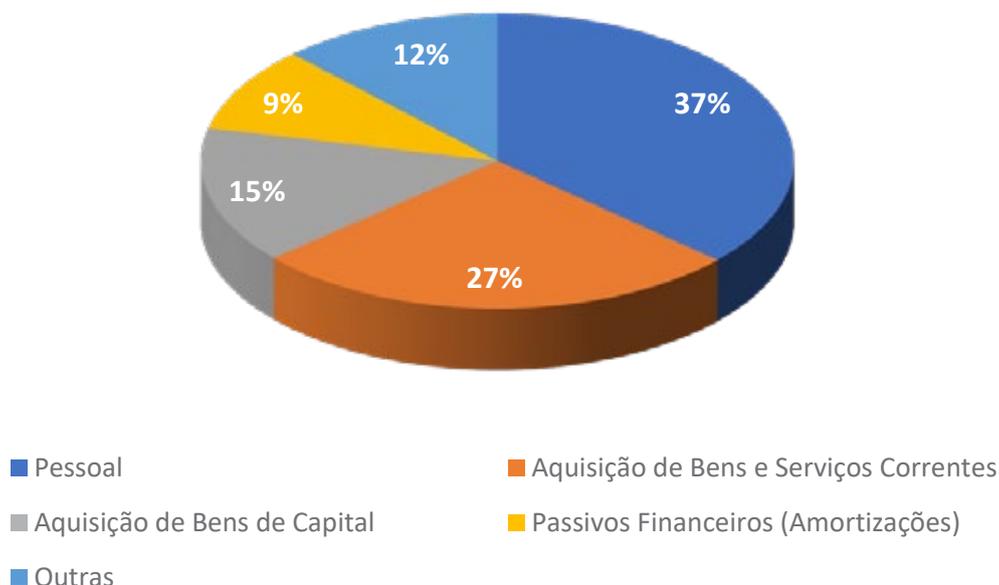
Quadro n.º 5 - Despesas Totais Municipais (pagamentos) - Exercício de 2019 - Região Alentejo <sup>7</sup>

	Montante	%
Pessoal	235 730 929,63	36,72%
Aquisição de Bens e Serviços	172 297 774,07	26,84%
Encargos Financeiros (Juros)	4 386 729,54	0,68%
Transferências Correntes	44 529 157,37	6,94%
Subsídios	733 226,52	0,11%
Outras Despesas Correntes	12 551 481,75	1,96%
Aquisição de Bens de Capital	96 314 576,22	15,00%
Transferências de Capital	12 194 868,87	1,90%
Ativos Financeiros	2 242 510,62	0,35%
Passivos Financeiros (Amortizações)	59 718 537,27	9,30%
Outras Despesas de Capital	1 205 583,68	0,19%
<b>Total das Despesas</b>	<b>641 905 375,54</b>	<b>100,00%</b>

No exercício de 2019, verificou-se que os montantes mais elevados correspondem às seguintes despesas:

- Pessoal (235,7 milhões de euros) com 36,72% de participação;
- Aquisição de Bens e Serviços Correntes (172,3 milhões de euros) com 26,84% de participação;
- Aquisição de Bens de Capital (96,3 milhões de euros) com 15% de participação;
- Passivos Financeiros (Amortizações) (59,7 milhões de euros) com 9,30% de participação.

Gráfico n.º 10 - Composição das Principais Despesas - 2019



No que toca à evolução temporal da despesa global, verificamos através da análise do gráfico n.º 11 que a despesa global teve várias oscilações ao longo dos anos. No exercício de 2019, registou-se um acréscimo desta despesa, na ordem dos 56,6 milhões de euros.

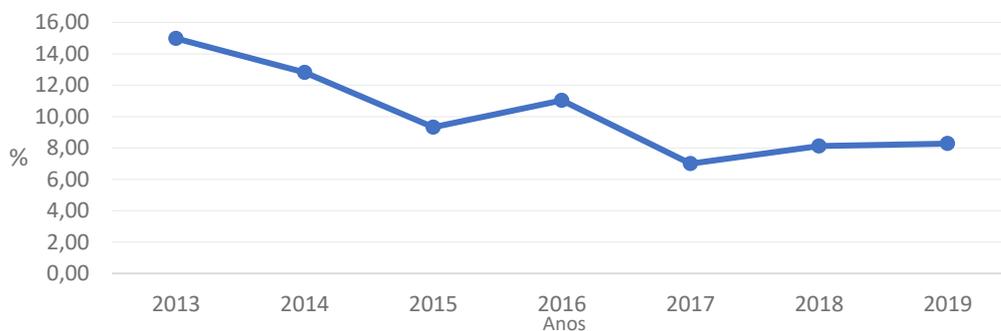
<sup>7</sup> Fonte: Prestações de Contas dos 47 Municípios de 2019  
DSAJAL/DFLM

Gráfico n.º 11 - Despesa Total

Quadro n.º 6 - Despesa Paga - por Exercício - Região Alentejo <sup>8</sup>

	TOTAL (corrente +capital) (€) (a)	Despesa do Exercício Corrente (€) (b)	Despesa de Exercícios Anteriores (€) (c)	(c) / (a) %
2009 <sup>*9</sup>	478 568 498,41	405 132 070,18	73 436 428,23	15,35
2010 <sup>*</sup>	421 524 775,24	362 664 897,56	58 859 877,68	13,96
2011 <sup>*</sup>	418 906 960,43	370 901 204,93	48 005 755,50	11,46
2012 <sup>*</sup>	415 063 324,63	370 247 027,76	44 816 296,87	10,80
2013 <sup>*</sup>	451 786 322,40	385 817 770,50	65 968 551,90	14,60
2011 <sup>**10</sup>	541 558 758,25	478 890 423,41	62 668 334,84	11,57
2012 <sup>***11</sup>	564 791 598,92	490 240 089,34	74 551 509,58	13,20
2013 <sup>****12</sup>	623 585 230,10	530 202 960,66	93 382 269,44	14,98
2014 <sup>****</sup>	548 963 794,05	478 657 473,57	70 306 320,48	12,81
2015 <sup>****</sup>	554 509 551,80	502 817 852,02	51 691 699,78	9,32
2016 <sup>****</sup>	579 627 506,71	515 690 406,30	63 937 100,41	11,03
2017 <sup>****</sup>	596 046 536,69	554 336 737,84	41 709 798,85	7,00
2018 <sup>****</sup>	585 309 482,05	537 786 816,58	47 522 665,47	8,12
2019 <sup>****</sup>	641 905 375,54	588 764 817,72	53 140 557,82	8,28

Gráfico n.º 12 - Relação entre Despesa Paga referente a Exercícios Anteriores e o Total da Despesa Paga - (Região)



<sup>8</sup> Fonte: Prestações de Contas dos 47 Municípios de 2019  
DSAJAL/DFLM

<sup>9</sup> Prestações de Contas de 34 municípios (idênticos) nos 5 anos (72,34% da Região)

<sup>10</sup> Prestações de Contas de 44 municípios (93,61% da Região)

<sup>11</sup> Prestações de Contas de 46 municípios (97,87% da Região)

<sup>12</sup> Prestações de Contas dos 47 municípios da Região

A despesa paga derivada de compromissos assumidos em exercícios anteriores (Quadro nº 6), de 2013 a 2019, em relação ao total da despesa paga, tem vindo, no geral, a diminuir no período de análise, assumindo no ano de 2017 o seu valor mais baixo (7,00 %) alcançando um montante de 41,7 milhões de euros. O ano de 2018 apresenta-nos um aumento desta relação, passando para os 8,12 %, para os 47,5 milhões de euros. Também no exercício de 2019 se registou um aumento da despesa paga resultante dos compromissos assumidos em exercícios anteriores, embora de forma muito ligeira, situando-se o valor nos 8,28%, atingindo o montante de 53,1 milhões de euros.

## I - 6 - Despesa com Pessoal

Neste ponto relata-se a composição das despesas com Pessoal, no exercício de 2019, que a administração municipal pagou. Analisa-se também a evolução destas despesas no período de 2008 a 2019.

Quadro n.º 7 - Despesa com Pessoal (pagamentos) 2019 - Região Alentejo <sup>13</sup>

	2019		
	(€)	% D. P. <sup>14</sup>	% T. D. <sup>15</sup>
Remunerações Certas e Permanentes	175 080 453,78	74,27	27,28
Abonos Variáveis ou Eventuais	9 998 722,29	4,24	1,56
Segurança Social	50 651 753,56	21,49	7,89
<b>Total das Despesas com Pessoal</b>	<b>235 730 929,63</b>	<b>100,00</b>	<b>36,72</b>
<b>Total das Despesas</b>	<b>641 905 375,54</b>		<b>100,00</b>

No exercício de 2019, as despesas em termos de despesa com pessoal, totalizaram 235,7 milhões de euros, 36,72 % do total da despesa executada neste ano. Deste montante, a fatia maioritária continua naturalmente a caber às remunerações certas e permanentes com 175,08 milhões de euros (27,28 % do total deste tipo de encargos), ficando a segurança social com 21,49 % de participação, conforme se pode observar no quadro n.º 7.

O gráfico n.º 13 reflete a percentagem que cada componente ocupa no total das despesas com pessoal, sendo que naturalmente as despesas com remunerações certas e permanentes apresentam 74% do total, os abonos variáveis ou eventuais, 22%, e por fim a segurança social com 4%.

<sup>13</sup> Fonte: Prestações de Contas dos 47 Municípios de 2019  
DSAJAL/DFLM

<sup>14</sup> % do Total das Despesas com Pessoal

<sup>15</sup> % do Total das Despesas

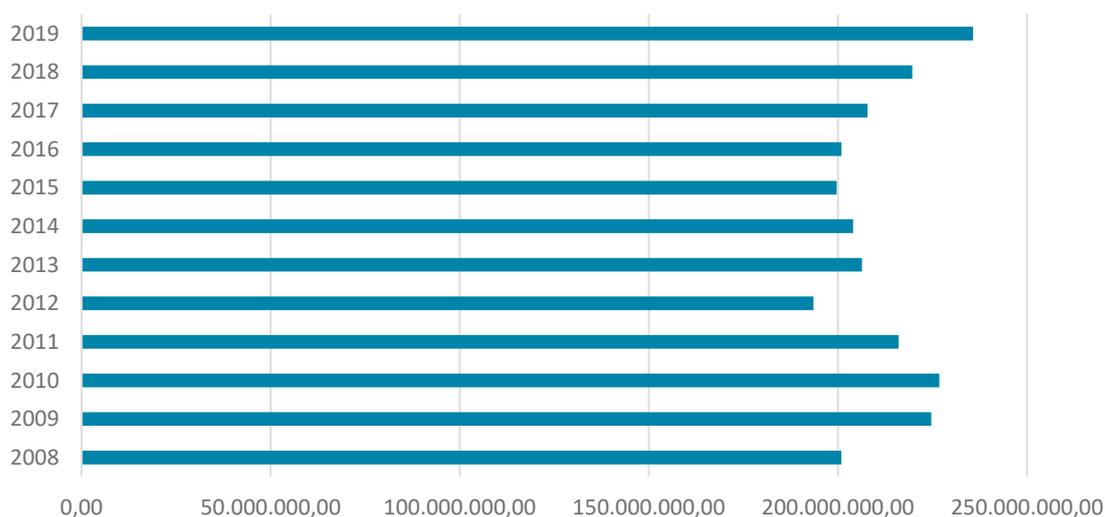
Gráfico n.º 13 - Composição das Despesas com Pessoal (2019)



Em termos de desagregação da despesa com pessoal, relacionando a evolução de 2018 para 2019, retiramos as seguintes conclusões:

- As remunerações certas e permanentes tiveram um crescimento de 11,5 milhões de euros, calculado em 7,04%;
- Os abonos variáveis ou eventuais cresceram 8,57%;
- Por fim, a segurança social cresceu 8% em 2019, atingindo em 50,7 milhões de euros.

Gráfico n.º 14 - Evolução das Despesas com o Pessoal



No que toca à evolução da despesa com pessoal no período 2008/2019, verifica-se através da análise do gráfico n.º 14 que foi atingido um novo valor máximo, no exercício de 2019, tendo sido despendido 235,7 milhões de euros em despesas com pessoal. Até aqui, só em 2009 (224,7 milhões de euros) e 2010 (226,8 milhões de euros) se tinham atingido valores tão elevados.

## I - 7 - Aquisição de bens e serviços

Nesta secção analisa-se os montantes despendidos com a aquisição de bens e serviços.

Gráfico n.º 15 - Aquisição de Bens e Serviços



Verificamos através da análise do gráfico n.º 15, aquisição de bens e serviços, que tem havido uma oscilação de valores ao longo dos anos. Desde 2017 que se regista um decréscimo na aquisição de bens e serviços.

No ano de 2019, registou-se uma descida de 0,69% em relação ao ano de 2018.

Gráfico n.º 16 - Aquisição de Bens e Serviços desagregado - Despesa Paga

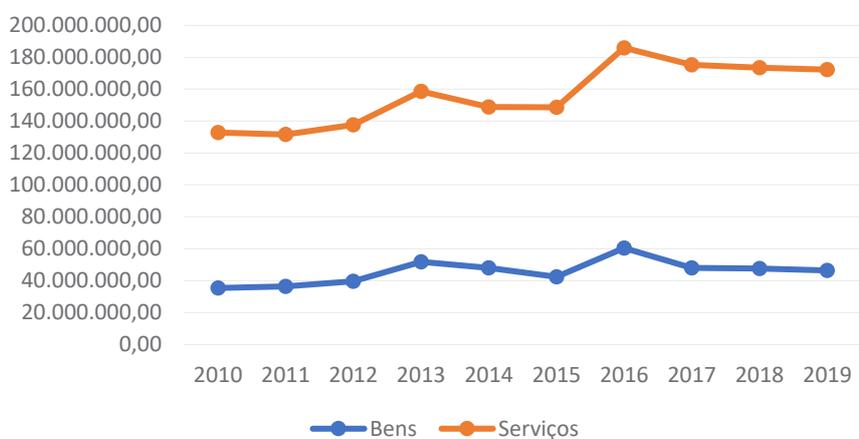
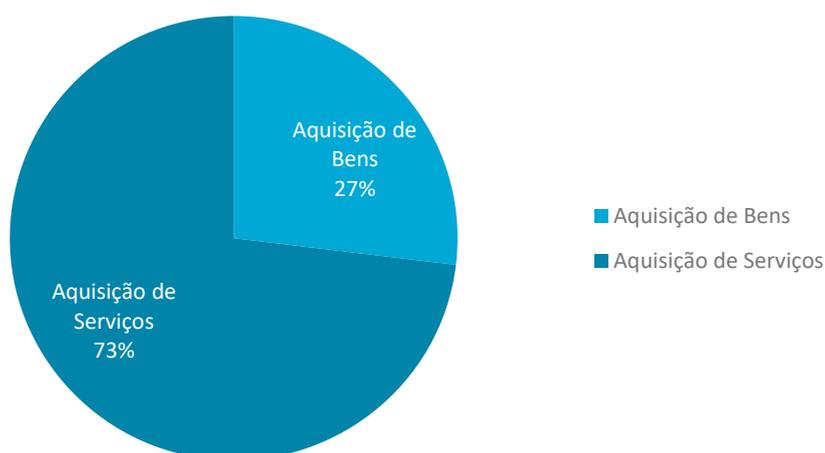


Gráfico n.º 17 - Composição da Aquisição de Bens e Serviços em 2019



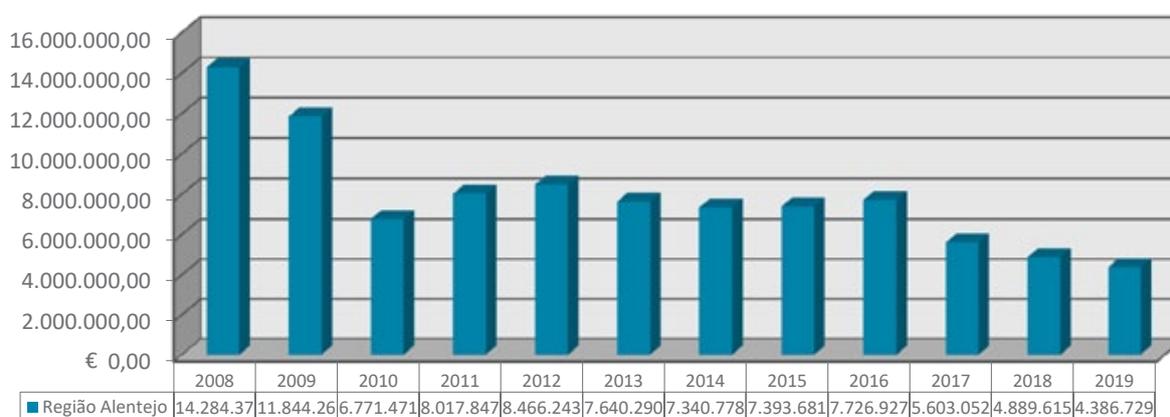
Da análise conjunta do gráfico n.º 16 e n.º 17 podemos observar o seguinte:

- Os municípios da região Alentejo continuam a adquirir maioritariamente serviços, o que corresponde a 73% da despesa total com bens e serviços;
- Após se ter atingido o pico em 2016, tem se verificado uma tendência decrescente na aquisição de bens e serviços;
- Em relação a 2018, verificou-se uma descida de 1,3 milhões de euros (-2,71%), no que diz respeito à aquisição de bens;
- No que se refere à aquisição de serviços, existiu um aumento muito pouco significativo, na ordem dos 97 mil de euros, que corresponde a 0,08%.

### I - 8 - Serviço da dívida bancária

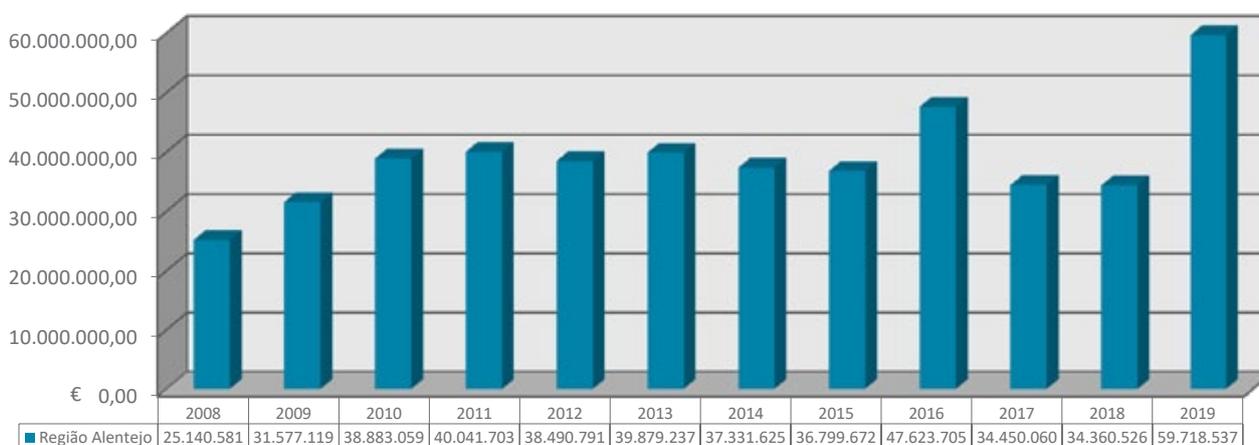
Este ponto retrata a evolução da despesa paga através dos encargos financeiros (juros e amortizações de empréstimos).

Gráfico n.º 18 - Encargos Financeiros (juros)



Relativamente à despesa paga através dos juros de empréstimos, notamos uma tendência de descida dos valores destes encargos (gráfico n.º 18), sobretudo nos últimos três anos. Em 2019 verificou-se uma quebra de 502 mil euros (-10,28%), em relação ao exercício de 2018.

Gráfico n.º 19 - Passivos Financeiros (amortizações)

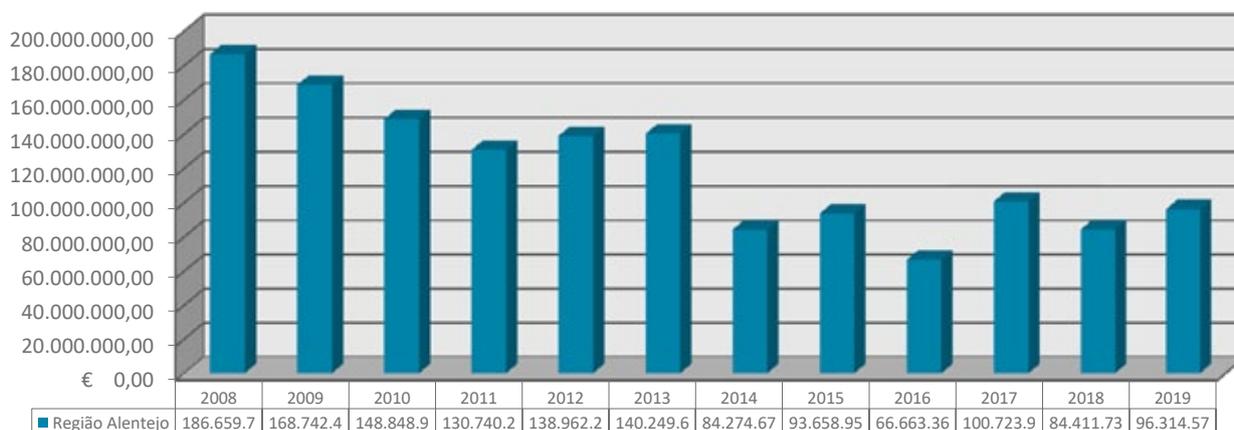


No que se refere à despesa com amortizações de empréstimos (gráfico nº 19), observa-se um crescimento significativo de 2018 até 2019, registando um acréscimo de 25 milhões de euros (73,80%).

### I - 9 - Aquisição de bens de capital

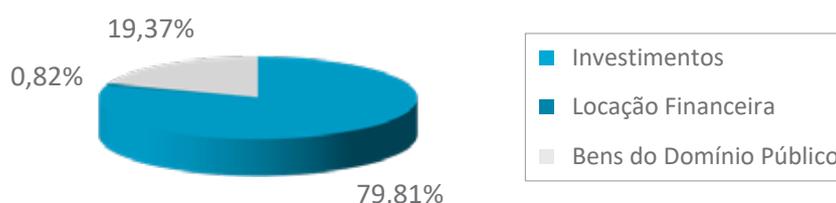
A aquisição de bens de capital é composta pelos Investimentos, encargos com Locação Financeira e Bens de Domínio Público.

Gráfico n.º 20 - Aquisição de bens de capital



A aquisição de bens de capital (gráfico n.º 20) tem mostrado diferentes ciclos de evolução ao longo do tempo. No exercício de 2018 este tipo de despesa voltou a cair no montante de 16,3 milhões de euros (-16,19 %). No entanto, em 2019 voltou-se a assistir a um crescimento, em termos globais, de 14,10%, situando-se o valor total em mais de 96 milhões de euros.

Gráfico n.º 21 - Composição da Aquisição de Bens de Capital (por natureza) - despesa paga - 2019



O gráfico nº 21 mostra-nos a análise da composição da aquisição de bens de capital por natureza, a fatia maior cabe aos Investimentos, com 79,81%, de seguida a aquisição de Bens de Domínio Público, com 19,37%, e por fim os encargos com Locação Financeira (0,82%).

## I - 10 - Saldos

O gráfico n.º 22 apresenta-nos a evolução dos saldos de operações orçamentais, em termos de caixa, que consiste no saldo inicial do exercício mais os recebimentos do ano menos os pagamentos do mesmo ano, de verbas próprias da autarquia.

Gráfico n.º 22 - Saldo Final de Operações Orçamentais e de Tesouraria



Através da análise do gráfico n.º 22, observamos que tanto ao nível do saldo final de operações de tesouraria, como ao nível do saldo final de operações orçamentais, a tendência é crescente. Em termos totais, no exercício de 2019, houve um aumento de 5,7 milhões de euros, o que corresponde a uma variação de 6,70%, situando-se o valor total nos 90 milhões de euros (saldo de operações orçamentais corresponde a aproximadamente 80 milhões de euros e o saldo de operações de tesouraria corresponde a 10 milhões de euros).

## I - 11 - Endividamento Municipal

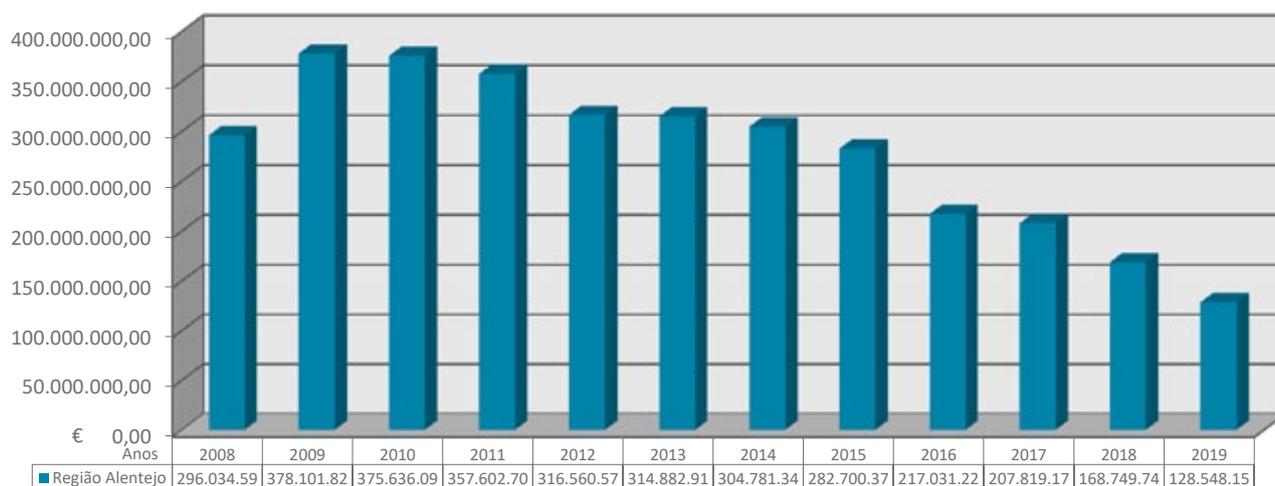
Neste ponto, verifica-se o montante de endividamento líquido calculado com base nas rubricas do balanço. Conforme se demonstra no quadro n.º 8 e no gráfico n.º 23, observa-se uma tendência decrescente em termos de endividamento, mais acentuada nos últimos três anos.

Quadro n.º 8 - Endividamento Municipal (Balanço) - Alentejo <sup>16</sup>

	Dívidas a Terceiros - Médio e Longo Prazos (1)	Dívidas a Terceiros - Curto Prazo (2)	Dívidas de Terceiros a Médio e Longo Prazos (3)	Dívidas de Terceiros a Curto Prazo (4)	Títulos Negociáveis (5)	Depósitos em Bancos e Caixa (6)	Endividamento (montante líquido) (7) = (1) +(2)-(3)-(4)-(5)-(6)
2008	271 041 855,90	154 725 373,66	4 067 820,61	56 629 680,60	12 621 894,61	56 413 237,38	296 034 596,36
2009	322 638 286,40	167 233 415,86	4 027 862,60	46 561 343,34	9 304 311,63	51 876 354,80	378 101 829,89
2010	316 592 235,02	172 581 918,13	4 048 682,89	51 465 987,20	10 505 318,80	47 518 068,93	375 636 095,33
2011	296 137 483,62	198 569 413,07	3 892 548,57	63 424 584,94	13 450 000,00	56 337 054,21	357 602 708,97
2012	271 440 792,74	176 953 210,27	0,00	55 146 854,65	13 031 914,81	63 654 657,82	316 560 575,73
2013	288 784 876,77	143 433 478,40	2 306 779,23	51 656 962,12	5 650 000,00	57 721 694,82	314 882 919,00
2014	263 742 773,70	144 895 089,22	2 647 716,60	46 441 677,18	2 170 000,00	52 597 119,83	304 781 349,31
2015	236 657 493,25	143 349 377,28	2 748 545,95	39 579 889,34	85 000,00	54 893 058,11	282 700 377,13
2016	245 405 569,55	97 010 410,79	2 933 459,79	43 303 676,84	752 841,98	78 394 778,26	217 031 223,47
2017	225 448 214,63	97 152 709,75	2 857 376,54	35 802 520,61	0,00	76 121 848,68	207 819 178,55
2018	208 460 829,84	82 024 850,57	3 090 340,93	34 246 883,37	0,00	84 398 707,22	168 749 748,89
2019	198 398 665,42	71 833 467,27	3 294 731,50	48 333 468,72	700 000,00	89 355 774,73	128 548 157,74

<sup>16</sup> Fonte: Prestações de Contas dos 47 Municípios de 2019  
DSAJAL/DFLM

Gráfico n.º 23 - Endividamento Municipal (montante líquido) (Balanço)



## I - 12 - Fator Gerador da Dívida

O quadro n.º 9 mostra-nos a relação entre a receita liquidada, num determinado exercício, e os compromissos assumidos para esse exercício, quer os emergentes contratualmente nesse ano, quer os compromissos assumidos contratualmente em anos anteriores, na forma de compromissos plurianuais, estando programados e à carga orçamental desse mesmo exercício. Para o cálculo destes compromissos assumidos não se teve em consideração o saldo constituído pelos compromissos assumidos em anos anteriores e que não foram pagos nesses anos. Como base informacional para esta análise cingiu-se à informação constante do controlo orçamental da receita e da despesa.

Quadro n.º 9 - Fator Gerador de Dívida <sup>17</sup>

	Receita Liquidada Total (sem Saldo de Operações Orçamentais) (€) (1)	Saldo Inicial de Operações Orçamentais (ano n) (€) (2)	Despesa (compromissos) Assumida para o Exercício (€) (3)	Desequilíbrio Gerador de Dívida (€) (4=1+2-3)
<b>2011</b>	621 292 953,26	45 648 257,31	707 516 486,98	-40 575 276,41
<b>2012</b>	594 489 851,21	58 123 743,73	568 060 947,41	84 552 647,53
<b>Var%</b>	-4,31	27,33	-19,71	-308,38
<b>2013</b>	624 469 684,40	65 180 418,88	585 062 641,40	104 587 461,88
<b>Var%</b>	5,04	12,14	2,99	23,70
<b>2014</b>	558 872 371,65	51 642 686,07	530 156 246,05	80 358 811,67
<b>Var%</b>	-10,50	-20,77	-9,38	-23,17
<b>2015</b>	572 369 064,61	44 161 415,60	537 505 806,42	79 024 673,79
<b>Var%</b>	2,41	-14,49	1,39	-1,66
<b>2016</b>	623 275 057,68	44 368 961,46	571 597 244,20	96 046 774,94
<b>Var%</b>	8,89	0,47	6,34	21,54
<b>2017</b>	692 877 461,91	69 483 018,87	596 889 548,52	165 470 932,26
<b>Var%</b>	11,17	56,60	4,42	72,28
<b>2018</b>	605 092 556,54	100 951 787,74	587 131 004,59	118 913 339,69
<b>Var%</b>	-12,67	45,29	-1,63	-28,14
<b>2019</b>	705 473 009,03	74 356 766,44	655 648 881,60	124 180 893,87
<b>Var%</b>	16,59	-26,34	11,67	4,43

Em 2019, a diferença entre a receita liquidada e os compromissos assumidos no exercício foi positivo em 49,8 milhões de euros, acrescendo o saldo inicial de operações orçamentais, resulta num resultado positivo de 124,18 milhões de euros.

<sup>17</sup> Fonte: Prestações de Contas dos 47 Municípios de 2019  
DSAJAL/DFLM

## PARTE II - ANÁLISE PATRIMONIAL

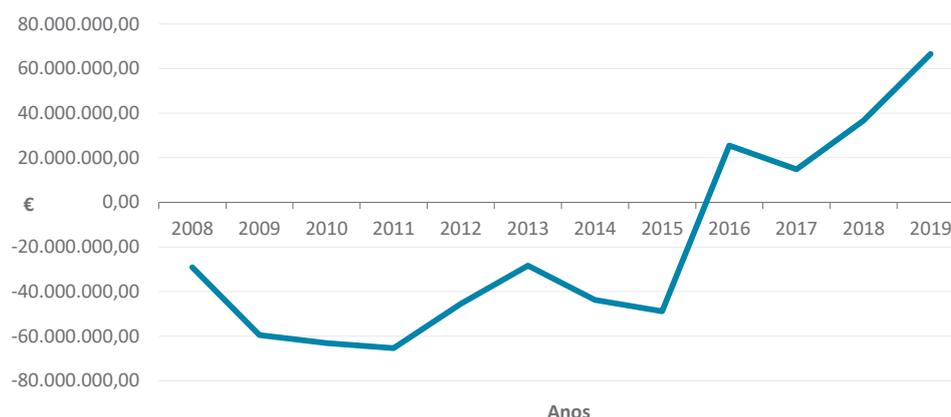
### II - 1 - Liquidez Geral

Pretende-se observar a Liquidez Geral dos Municípios do Alentejo, tendo em conta a sua evolução anual, assim como uma análise mais discriminada na Região do Alentejo.

A Liquidez Geral retrata a capacidade de o município fazer face ao cumprimento dos compromissos de curto prazo à medida que estes se vão vencendo.

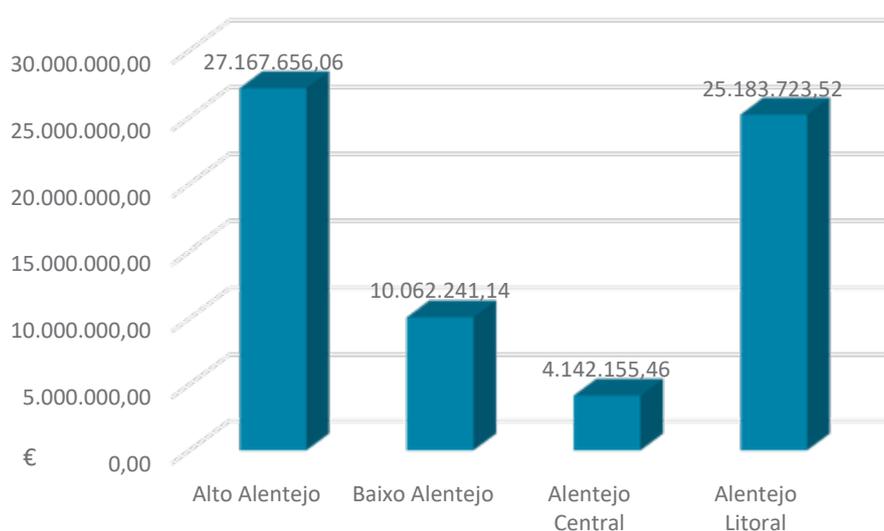
O gráfico n.º 24 reflete a evolução anual da Liquidez Geral, verifica-se que este indicador mantém nestes últimos três anos, uma evolução positiva.

Gráfico n.º 24 - Liquidez Geral



Tal como se verificou no ano de 2018, o exercício de 2019 também apresentou uma evolução positiva, com o aumento de liquidez em 29,9 milhões de euros (81,74%).

Gráfico n.º 25 - Liquidez Geral - Região do Alentejo



Em termos da região do Alentejo, constatamos que existem disparidades em termos de liquidez geral, ocupando o Alto Alentejo o 1.º lugar, seguindo-se o Alentejo Litoral, o Baixo Alentejo e por fim o Alentejo Central.

## II - 2 - Balanço

O Balanço representa a situação patrimonial dos municípios, dando a conhecer a relação entre o Ativo e os Fundos Próprios e Passivo.

Quadro n.º 10 A - Estrutura do Ativo Líquido (Balanço 2019) - Região Alentejo <sup>18</sup>

	2019	
	(€)	%
Imobilizado (Bens do Domínio Público)	951 204 336,77	34,33
Imobilizado Corpóreo, Incorpóreo e Investimentos Financeiros	1 606 997 078,02	58,00
Dívida de Terceiros (Curto Prazo)	48 333 468,72	1,74
Depósito em Bancos e Caixa	89 355 774,73	3,22
Outros	74 879 205,59	2,70
<b>TOTAL DO ATIVO LÍQUIDO</b>	<b>2 770 769 863,83</b>	<b>100,00</b>

Quadro n.º 10 B - Estrutura dos Fundos Próprios e do Passivo - Região Alentejo <sup>19</sup>

	2019		
	(€)	% P. T. <sup>20</sup>	% F. P. e P. <sup>21</sup>
<b>FUNDOS PRÓPRIOS (Total)</b>	<b>1 844 591 199,86</b>		<b>66,57</b>
Provisão para Riscos e Encargos	19 161 156,24	2,07	0,69
Dívidas a Terceiros (Médio e Longo Prazos)	198 398 665,42	21,42	7,16
Dívidas a Terceiros (Curto Prazo)	71 833 467,27	7,76	2,59
Acréscimos e Diferimentos	636 785 375,04	68,75	22,98
<b>PASSIVO (Total)</b>	<b>926 178 663,97</b>	<b>100,00</b>	<b>33,43</b>
<b>TOTAL DOS FUNDOS PRÓPRIOS E DO PASSIVO</b>	<b>2 770 769 863,83</b>		<b>100,00</b>

Dos quadros nº 10 - A e B que consiste na apresentação, para 2019, da estrutura do ativo líquido e dos fundos próprios e passivo, é possível observar o seguinte:

- No ativo líquido a componente principal (maioritária) continua a caber ao imobilizado corpóreo, incorpóreo e investimentos financeiros com um peso de 58 %, seguido do imobilizado relativo a bens de domínio público com 34,33 %. O peso de relevo desta última rubrica está relacionado com a natureza do objeto público da instituição municipal;
- O peso dos fundos próprios (património) é de 66,57 %, cabendo ao passivo os restantes 33,43 %;
- Na composição do passivo ressalta a importância dos acréscimos e diferimentos com um peso superior a metade do total do passivo (68,75 %), seguido das dívidas a terceiros com 21,42%. Refira-se que, do global dos acréscimos e diferimentos (636,79 milhões de euros), 596,7 milhões de euros (93,70 %) respeitam a proveitos diferidos (subsídios ao investimento e outros);
- No que toca à estrutura da dívida a terceiros, 22,48 % do total do passivo cabe a operações de médio e longo prazos, cabendo as dívidas de curto prazo o peso de 7,76 %.

<sup>18</sup> Fonte: Prestações de Contas dos 47 Municípios de 2019  
DSAJAL/DFLM

<sup>19</sup> Fonte: Prestações de Contas dos 47 Municípios de 2019  
DSAJAL/DFLM

<sup>20</sup> % do Passivo Total

<sup>21</sup> % dos Fundos Próprios e do Passivo

Quadro n.º 11<sup>22</sup> - Evolução da Estrutura do Ativo Líquido (Balanços 2008 a 2019) - Região Alentejo

	Imobilizado (Bens do Domínio Público)	Imobilizado Corpóreo, Incorpóreo e Investimentos Financeiros	Dívida de Terceiros (Curto Prazo)	Depósito em Bancos e Caixa	Outros	TOTAL DO ATIVO LÍQUIDO
<b>2008</b>	1 297 328 933,44	1 277 340 891,98	56 629 680,60	56 413 237,38	49 279 842,03	<b>2 736 992 585,43</b>
<b>2009</b>	1 334 409 473,13	1 350 136 666,36	46 561 343,34	51 876 354,80	49 600 771,92	<b>2 832 584 609,55</b>
<b>2010</b>	1 308 553 928,91	1 423 478 927,62	51 465 987,20	47 518 068,93	49 344 175,55	<b>2 880 361 088,21</b>
<b>2011</b>	1 303 288 025,22	1 454 752 540,58	63 424 584,94	56 337 054,21	55 674 006,11	<b>2 933 476 211,06</b>
<b>2012</b>	1 168 339 633,03	1 454 179 541,44	55 146 854,65	63 354 657,82	52 390 648,65	<b>2 793 411 335,59</b>
<b>2013</b>	1 166 888 352,70	1 500 825 316,34	51 656 962,12	57 721 694,82	46 937 067,65	<b>2 824 029 393,63</b>
<b>2014</b>	1 107 581 988,09	1 530 006 342,79	46 441 677,18	52 597 119,83	39 850 305,13	<b>2 776 477 433,02</b>
<b>2015</b>	1 158 763 034,25	1 570 515 709,05	39 579 889,34	54 893 058,11	39 431 298,65	<b>2 863 182 989,40</b>
<b>2016</b>	1 054 369 250,75	1 558 216 182,78	43 303 676,84	78 394 778,26	45 302 902,10	<b>2 779 586 790,73</b>
<b>2017</b>	1 009 636 922,91	1 597 224 096,40	35 802 520,61	76 121 848,68	44 670 962,86	<b>2 763 456 351,46</b>
<b>2018</b>	976 770 674,44	1 584 697 034,70	34 246 883,37	84 398 707,22	69 416 025,13	<b>2 749 529 324,86</b>
<b>2019</b>	951 204 336,77	1 606 997 078,02	48 333 468,72	89 355 774,73	74 879 205,59	<b>2 770 769 863,83</b>

O quadro n.º 11 demonstra a evolução do ativo líquido para o período de 2008 a 2019, desagregando as componentes, podemos observar a evolução de 2018 para 2019:

- O total do ativo líquido registou um ligeiro acréscimo de 21,2 milhões de euros (0,77 %);
- O imobilizado de bens do domínio público apresenta um decréscimo de 2,62 %;
- O imobilizado corpóreo, incorpóreo e investimentos financeiros apresentou um aumento de 1,41%;
- A dívida de terceiros (de curto prazo) registou um acréscimo de 14 milhões de euros (41,13 %);
- O montante de depósitos em bancos e caixa apresentou um crescimento de 5,87 % (4,96 milhões de euros).

<sup>22</sup> Fonte: Prestações de Contas dos 47 Municípios de 2019  
DSAJAL/DFLM

Quadro n.º 12 - Evolução da Estrutura dos Fundos Próprios e do Passivo (Balanços 2008 a 2019) - Região Alentejo <sup>23</sup>

	Fundos Próprios (Total)	Provisão para Riscos e Encargos	Dívidas a Terceiros (Médio e Longo Prazos)	Dívidas a Terceiros (Curto Prazo)	Acréscimos e Diferimentos	Passivo (Total)	TOTALFUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO
<b>2008</b>	1 878 619 136,83	4 075 101,60	271 041 855,81	154 725 373,66	428 531 117,53	858 373 448,60	<b>2 736 992 585,43</b>
<b>2009</b>	1 882 172 661,32	6 353 390,42	322 638 286,40	167 233 415,86	454 186 855,55	950 411 948,23	<b>2 832 584 609,55</b>
<b>2010</b>	1 892 305 673,23	12 498 396,90	316 592 235,02	172 581 918,13	486 382 864,93	988 055 414,98	<b>2 880 361 088,21</b>
<b>2011</b>	1 886 125 027,82	9 677 121,15	296 137 483,62	198 569 413,07	542 967 165,40	1 047 351 183,24	<b>2 933 476 211,06</b>
<b>2012</b>	1 746 558 610,56	10 790 750,03	271 440 792,74	176 953 210,27	587 667 971,94	1 046 852 724,98	<b>2 793 411 335,54</b>
<b>2013</b>	1 749 690 197,25	22 440 803,04	288 784 876,77	143 433 480,40	619 680 036,17	1 074 339 196,38	<b>2 824 029 393,63</b>
<b>2014</b>	1 707 559 456,54	25 311 908,01	263 742 773,70	144 895 089,22	634 968 205,55	1 068 917 976,48	<b>2 776 477 433,02</b>
<b>2015</b>	1 825 371 645,71	26 217 862,64	236 657 493,25	143 349 377,28	631 586 610,52	1 037 811 343,69	<b>2 863 182 989,40</b>
<b>2016</b>	1 780 353 416,98	25 948 855,77	245 405 569,55	97 010 410,79	630 868 537,64	999 233 373,75	<b>2 779 586 790,73</b>
<b>2017</b>	1 787 644 196,47	29 059 729,96	225 448 214,63	97 152 709,75	624 151 500,65	975 812 154,99	<b>2 763 456 351,46</b>
<b>2018</b>	1 822 249 708,74	17 600 780,40	208 460 829,84	82 024 850,57	619 193 155,31	927 279 616,12	<b>2 749 529 324,86</b>
<b>2019</b>	1 844 591 199,86	19 161 156,24	198 398 665,42	71 833 467,27	636 785 375,04	926 178 663,97	<b>2 770 769 863,83</b>

O quadro nº 12 mostra-nos a evolução da estrutura dos fundos próprios e do passivo no período em análise (2008/2019).

Observando, também, a evolução de 2018 para 2019 regista-se o seguinte:

- Os fundos próprios registam, neste período, um crescimento, mesmo que pequeno, de 1,23 % (22,3 milhões de euros);
- A componente relativa a provisões para riscos e encargos apresentou um acréscimo de 8,87%, atingindo 19 milhões de euros, cobrindo, 26,67 % do total das dívidas a terceiros de curto prazo;
- As dívidas a terceiros de médio e longo prazos mostraram um decréscimo de 4,83 % (10,06 milhões de euros);
- As dívidas a terceiros de curto prazo apresentaram um significativo decréscimo (12,42 %), 10,19 milhões de euros;
- A componente com maior envergadura na estrutura do passivo continua a ser a dos acréscimos e diferimentos, cuja parcela esmagadoramente maioritária pertence aos proveitos diferidos. Esta componente representa 93,70 % do total do passivo, apresentando, em 2019, um acréscimo de 2,84%;
- O total do passivo registou, também em 2019, uma quebra de 0,12% (- 1,100 milhões de euros).

<sup>23</sup> Fonte: Prestações de Contas dos 47 Municípios de 2019  
DSAJAL/DFLM

Quadro n.º 13 - Passivo Corrigido - Região Alentejo <sup>24</sup>

	Passivo (valor integral)	Proveitos Diferidos	PASSIVO CORRIGIDO (excluindo os proveitos diferidos)
<b>2008</b>	858 373 448,60	405 769 079,00	<b>452 604 369,60</b>
<b>2009</b>	950 411 948,23	429 866 716,00	<b>520 545 232,23</b>
<b>2010</b>	988 055 414,98	460 905 403,00	<b>527 150 011,98</b>
<b>2011</b>	1 047 351 183,24	523 615 586,00	<b>523 735 597,24</b>
<b>2012</b>	1 046 852 724,98	565 304 945,00	<b>481 547 779,98</b>
<b>2013</b>	1 074 339 196,38	585 213 414,67	<b>489 125 781,71</b>
<b>2014</b>	1 068 917 976,48	604 890 613,78	<b>464 027 362,70</b>
<b>2015</b>	1 037 811 343,69	601 732 202,55	<b>436 079 141,14</b>
<b>2016</b>	999 233 373,75	598 771 135,40	<b>400 462 238,35</b>
<b>2017</b>	975 811 254,99	590 073 678,57	<b>385 737 576,42</b>
<b>2018</b>	927 279 616,12	582 602 520,12	<b>344 677 096,00</b>
<b>2019</b>	926 178 663,97	596 656 099,95	<b>329 522 564,02</b>

No que toca ao passivo, o quadro nº 13 descreve a sua evolução para o período de 2008/2019, não só no seu montante integral, mas também na sua forma corrigida, entrando em linha de conta com a exclusão dos proveitos diferidos.

Tendo em consideração a natureza da conta de proveitos diferidos (os quais não são obrigações a pagar, mas sim receitas que devem ser reconhecidas como proveitos de exercícios futuros), corrigiu-se o valor do passivo global.

Assim, é possível observar o seguinte:

- No que toca aos proveitos diferidos, cuja componente esmagadora é relativa aos subsídios para investimento, registou-se um acréscimo no exercício de 2019 em relação a 2018, de 2,41%;
- Após a correção, o montante do passivo torna-se significativamente mais pequeno, apresentando, para 2019, o passivo corrigido uma contração de 64% relativamente ao montante integral. Em termos de evolução do passivo corrigido, de 2019 para 2018, este apresenta um decréscimo significativo de 4,40%.

<sup>24</sup> Fonte: Prestações de Contas dos 47 Municípios de 2019  
DSAJAL/DFLM

## II - 3 - Demonstração de Resultados

A Demonstração de Resultados por natureza permite obter o Resultado Líquido do Município através da diferença entre os Proveitos e Ganhos e os Custos e Perdas contabilizados nesse exercício.

Quadro n.º 14 - Demonstração de Resultados - Região Alentejo <sup>25</sup>

	Custos e Perdas	Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas + Fornecimentos e Serviços Externos + Remunerações + Encargos Sociais + Transferências e Subsídios Correntes Concedidos e Prestações Sociais + Amortizações do Exercício + Provisões do Exercício + Outros Custos Operacionais (1)	Custos e Perdas Financeiras (2)	Custos Extraordinários (3)	Proveitos e Ganhos	Venda de Mercadorias + Venda de Produtos + Prestações de Serviços + Impostos e Taxas + Variação da Produção + Trabalhos para a Própria Entidade + Proveitos Suplementares + Transferências e Subsídios Obtidos + Outros Proveitos e Ganhos Operacionais (4)	Proveitos e Ganhos Financeiros (5)	Proveitos e Ganhos Extraordinários (6)
2008	551 650 507,21	501 600 562,74	17 842 228,83	32 207 715,64	542 663 723,66	491 839 896,72	15 007 660,98	35 816 165,96
2009	593 991 956,32	542 404 013,03	13 073 193,03	38 514 750,26	552 156 394,82	502 468 207,85	13 590 882,63	36 097 304,34
2010	579 336 785,89	537 169 178,14	9 846 501,87	32 321 105,88	562 182 831,73	511 373 286,48	13 391 059,56	37 418 485,69
2011	554 464 521,98	515 181 493,76	10 692 811,13	28 590 217,09	538 748 775,37	483 753 349,35	16 689 926,22	38 305 499,80
2012	540 534 346,77	501 363 238,82	10 759 679,25	28 411 428,70	526 814 011,80	466 518 545,81	15 366 550,24	44 928 915,75
2013	581 993 960,21	537 051 041,00	10 915 701,77	34 027 217,44	530 542 997,47	478 848 626,49	16 651 988,80	35 042 382,18
2014	572 399 003,88	528 816 748,19	13 318 097,50	30 264 158,19	523 210 394,96	464 944 142,75	15 785 309,39	42 480 942,82
2015	553 725 690,26	521 705 637,01	8 959 364,89	23 060 688,36	548 109 515,45	484 671 132,90	15 290 235,62	48 148 146,93
2016	575 190 354,99	540 824 433,89	7 784 939,71	26 580 981,39	568 499 806,06	497 801 246,81	15 123 879,54	55 574 679,71
2017	596 814 403,57	567 508 005,03	5 600 148,64	23 706 249,90	582 601 459,62	514 330 595,29	14 584 791,37	53 686 072,96
2018	602 297 615,38	571 241 497,84	8 114 877,51	22 941 240,03	601 687 338,11	530 896 357,56	15 506 104,81	55 284 875,74
2019	623 692 714,92	593 377 632,51	5 103 212,20	25 211 870,21	606 898 546,06	544 357 000,72	15 775 459,64	46 766 085,70

O quadro nº 14 apresenta-nos a evolução temporal das várias componentes da demonstração de resultados acumulado regional, podendo-se salientar os seguintes aspetos:

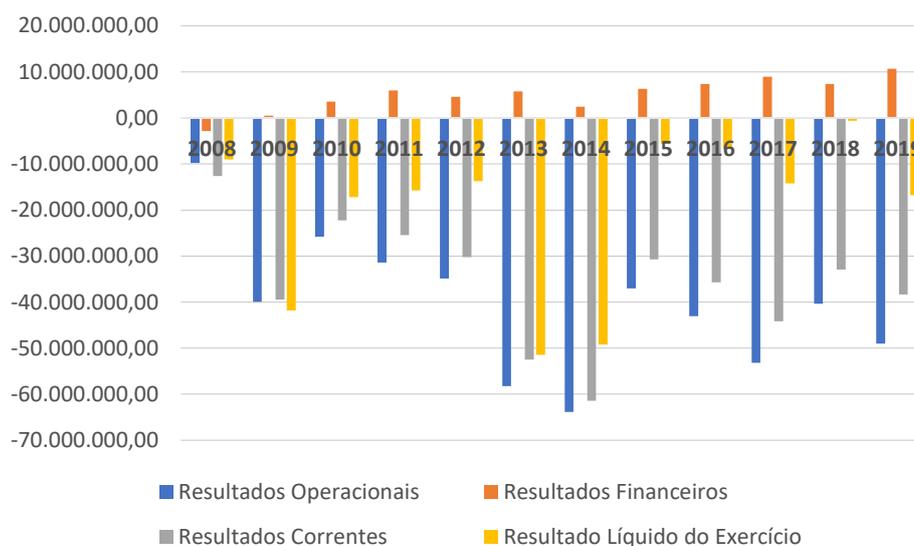
- O total dos custos e perdas apresenta, de 2018 para 2019, um crescimento de 3,55%, passando dos 602,3 milhões de euros para 623,7 milhões;
- O total dos proveitos e ganhos apresentou um crescimento de 0,87%, alcançando os 606,9 milhões de euros;
- Em termos gerais, observa-se um aumento, ao longo do tempo, quer do lado dos custos e perdas quer do lado dos proveitos ganhos.

<sup>25</sup> Fonte: Prestações de Contas dos 47 Municípios de 2019  
DSAJAL/DFLM

Quadro n.º 15 - Demonstração de Resultados - Região Alentejo <sup>26</sup>

	Resultados			
	Resultados Operacionais A= (4)-(1)	Resultados Financeiros B= (5)-(2)	Resultados Correntes C= (4+5) -(1+2)	Resultado Líquido do Exercício D= (4+5+6) - (1+2+3)
2008	-9 760 666,02	-2 834 567,85	-12 595 233,87	-8 986 783,55
2009	-39 935 805,18	517 689,60	-39 418 115,58	-41 835 561,50
2010	-25 795 891,66	3 544 557,69	-22 251 333,97	-17 153 954,16
2011	-31 428 144,41	5 997 115,09	-25 431 029,32	-15 715 746,61
2012	-34 844 693,01	4 606 870,99	-30 237 822,02	-13 720 334,97
2013	-58 202 414,51	5 736 287,03	-52 466 127,48	-51 450 962,74
2014	-63 872 605,44	2 467 211,89	-61 405 393,55	-49 188 608,92
2015	-37 034 504,11	6 330 870,73	-30 703 633,38	-5 616 174,81
2016	-43 023 187,08	7 338 939,83	-35 684 247,25	-6 690 548,93
2017	-53 177 409,74	8 984 642,73	-44 192 767,01	-14 212 943,95
2018	-40 345 140,28	7 391 227,30	-32 953 912,98	-610 277,27
2019	-49 020 631,79	10 672 247,44	-38 348 384,35	-16 794 168,86

Gráfico n.º 26 - Resultados

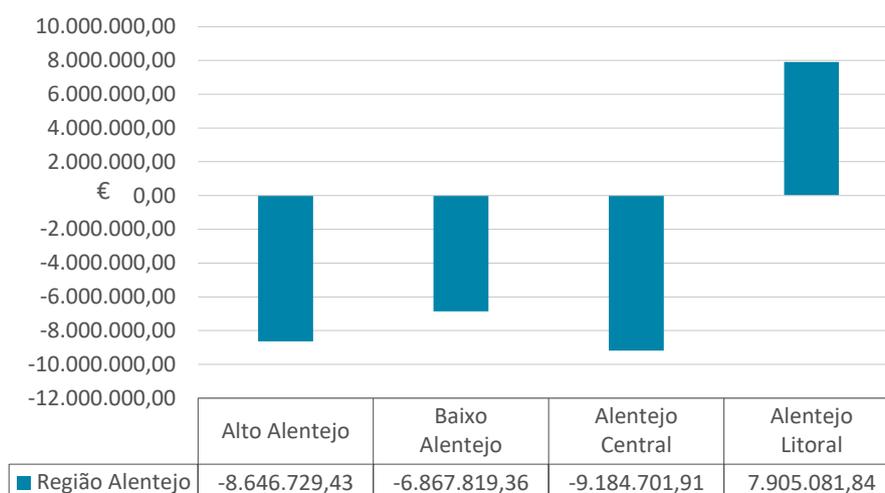


Do quadro n.º 15 conjugado com o gráfico n.º 26, no que diz respeito aos resultados, podemos afirmar o seguinte:

- Os resultados operacionais (proveitos menos custos operacionais) apresentaram, de 2018 para 2019, uma evolução negativa, aumentando o seu deficit em 8,7 milhões de euros (21,50%);
- No que se refere ao resultado líquido do exercício, proveniente da diferença entre os proveitos e os custos operacionais, financeiros e extraordinários, regista-se em 2019 um maior aumento do deficit, situando-se o valor nos 16,8 milhões de euros.

<sup>26</sup> Fonte: Prestações de Contas dos 47 Municípios de 2019  
DSAJAL/DFLM

Gráfico n.º 27 - Resultado Líquido do Exercício - Região Alentejo



Quanto à desagregação da região do Alentejo, constatamos que o Alentejo Litoral apresenta um Resultado Líquido positivo, seguindo-se o Baixo Alentejo já com um Resultado Líquido negativo, posteriormente o Alto Alentejo e por fim o Alentejo Central.

### PARTE III - INDICADORES REGIONAIS

Gráfico n.º 28 - Impostos Diretos e Indiretos/Receita Total

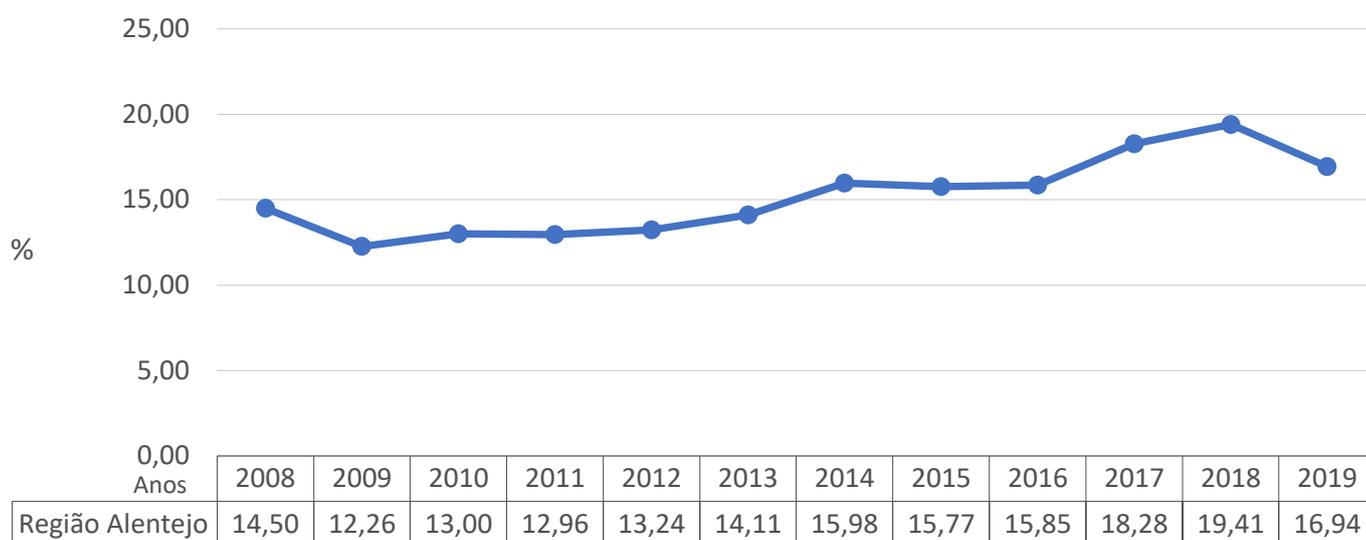


Gráfico n.º 29 - Transferências de Fundos Comunitários (corrente e capital) / Receita Total

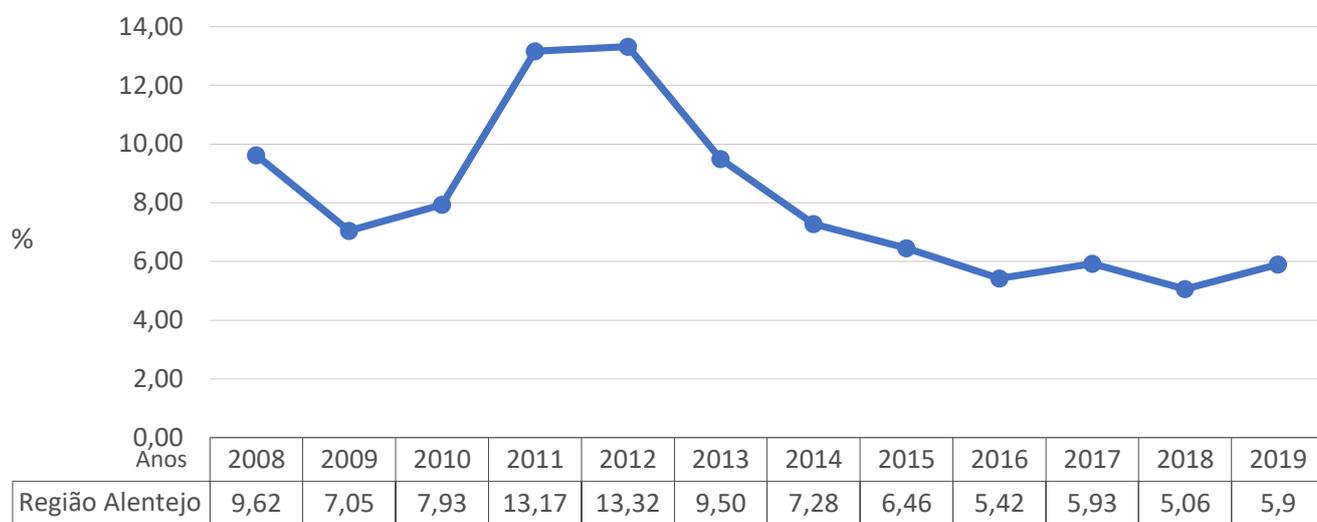


Gráfico n.º 30 - Empréstimos / Receita Total

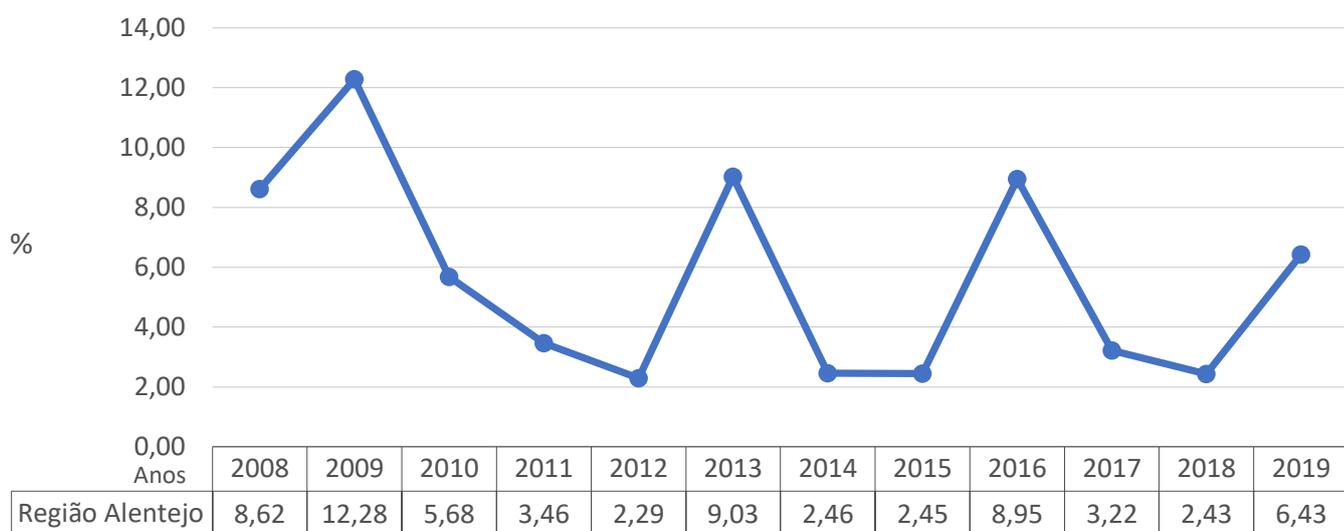


Gráfico n.º 31 - Despesas com Pessoal / Despesa Total

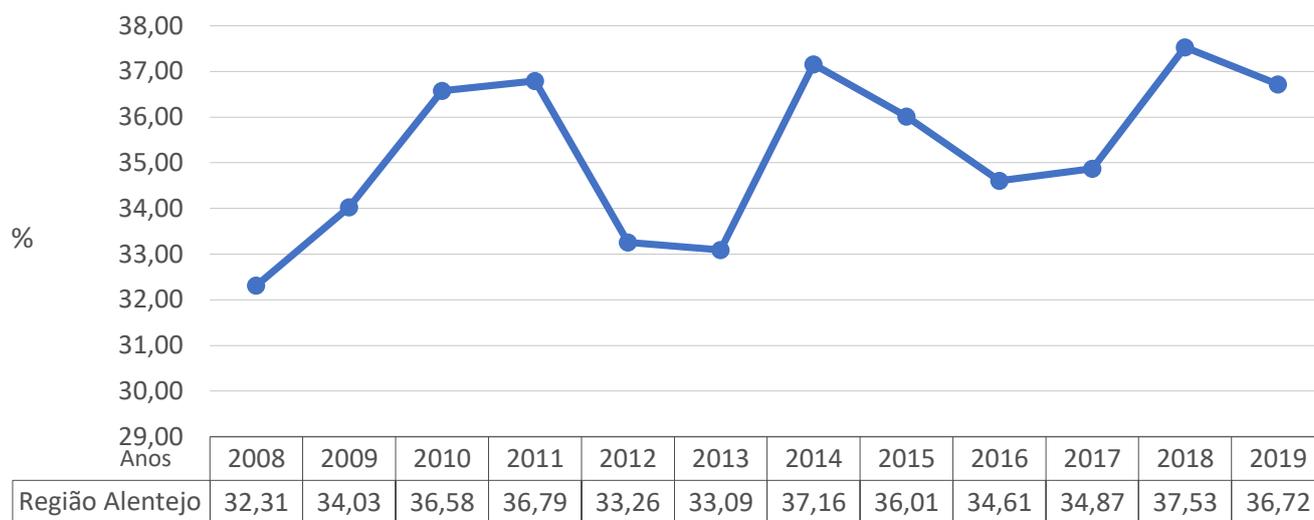


Gráfico n.º 32 - Aquisição de Bens e Serviços / Despesa Total

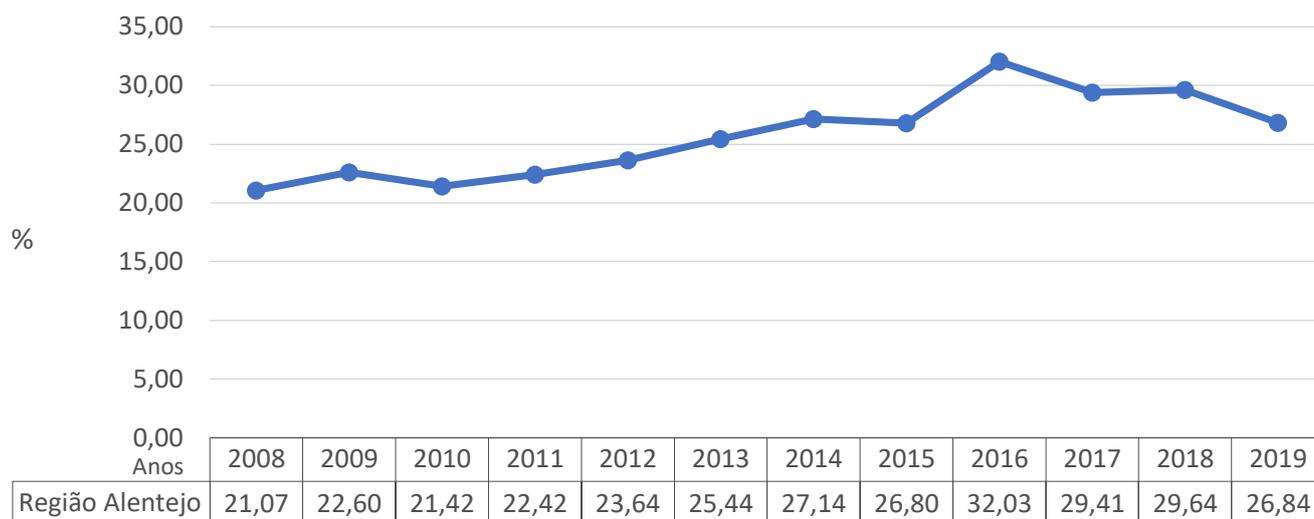


Gráfico n.º 33 - Juros + Amortizações / Despesa Total

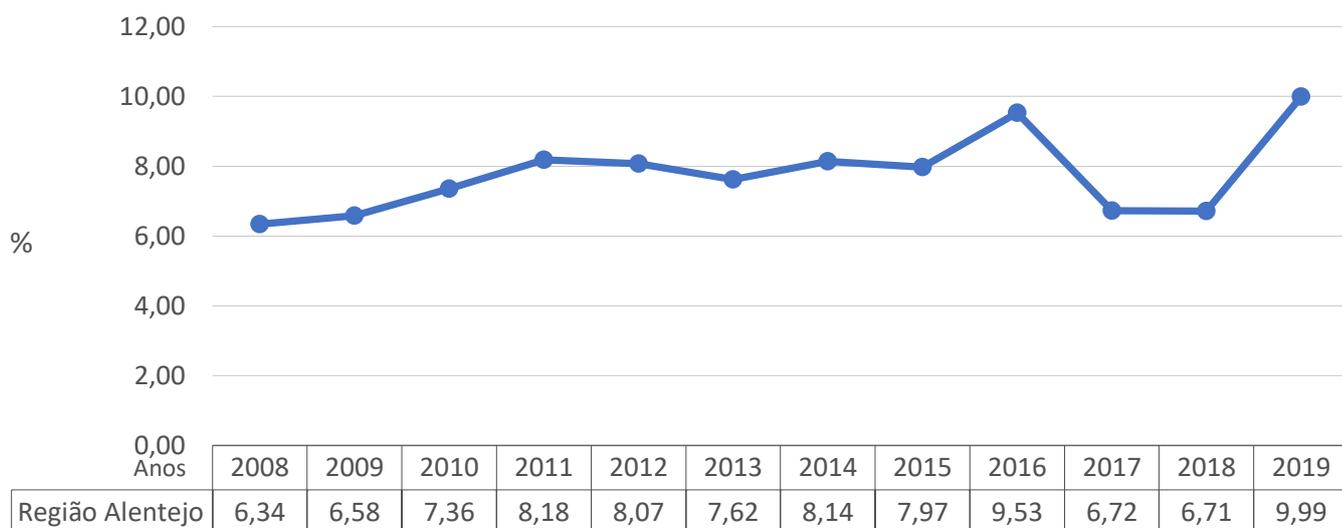


Gráfico n.º 34 - Aquisição de Bens de Capital / Despesa Total

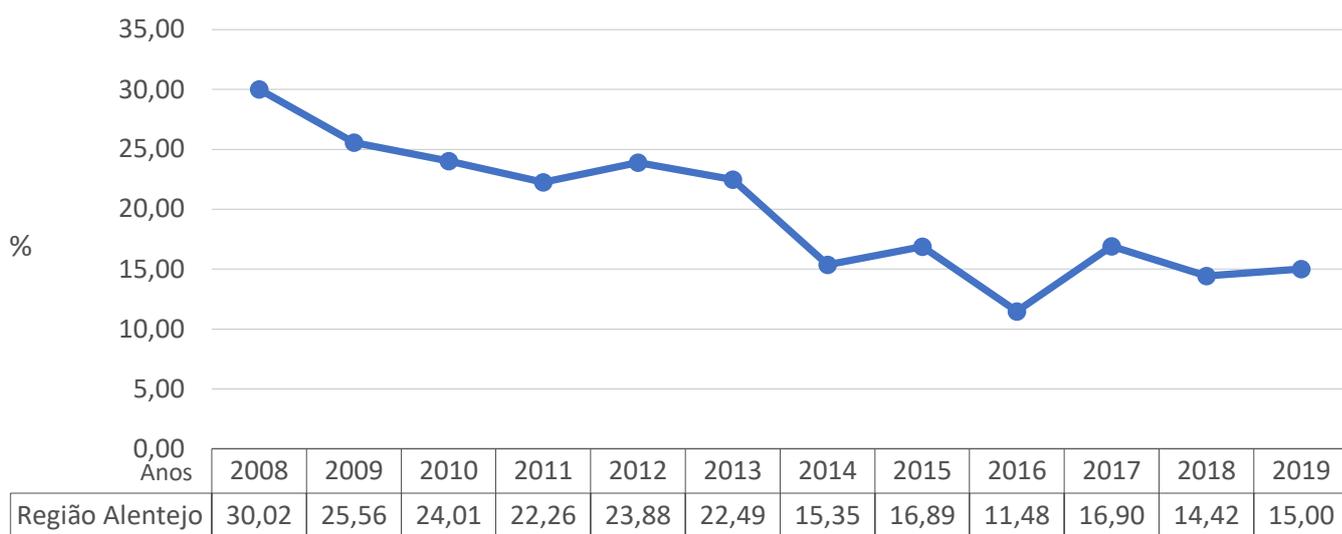


Gráfico n.º 35 - Receita Própria (impostos diretos + indiretos + taxas, multas, e outras penalidades + rendimento propriedade + venda bens e serviços + outras receitas correntes e capital + venda bens investimento + ativos financeiros) / Despesa Total

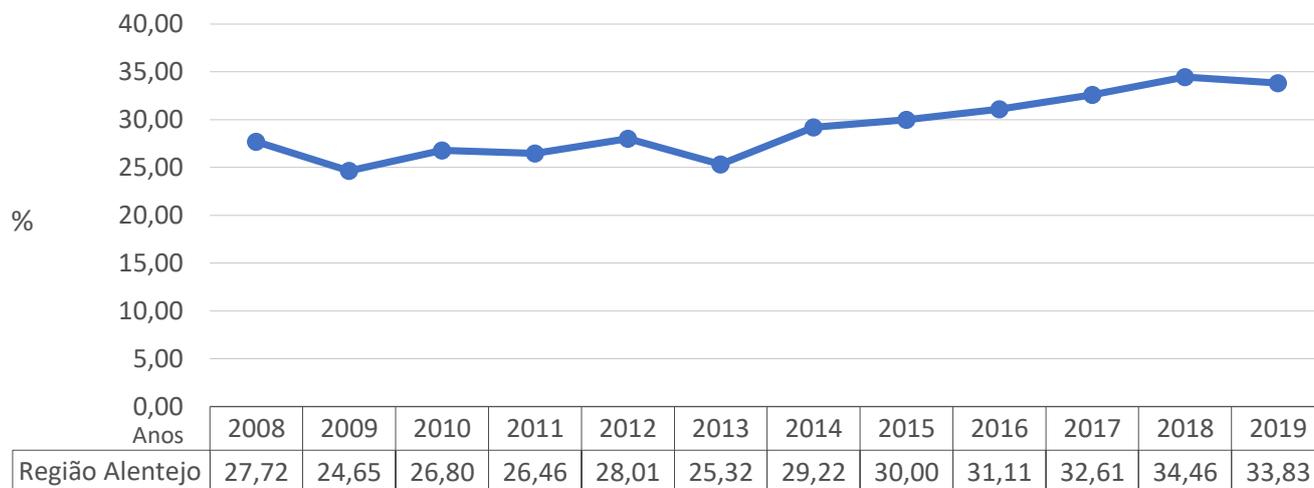


Gráfico n.º 36 - Passivo / Ativo Líquido

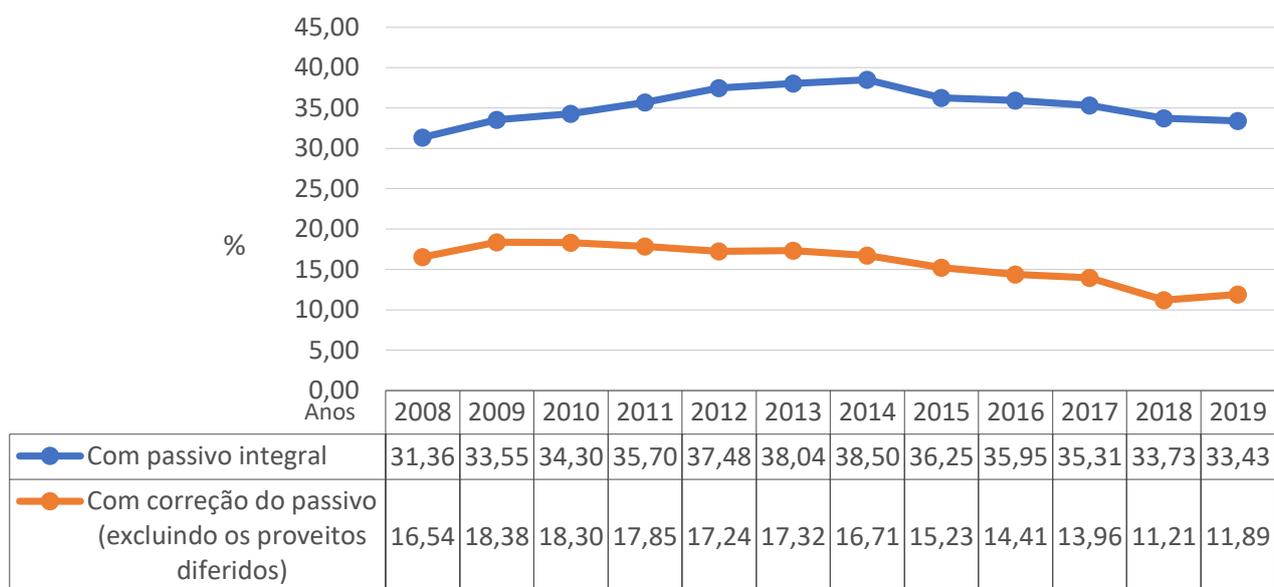


Gráfico n.º 37 - Dívidas de Terceiros Curto Prazo + Caixa e Bancos / Dívidas a Terceiros de Curto Prazo

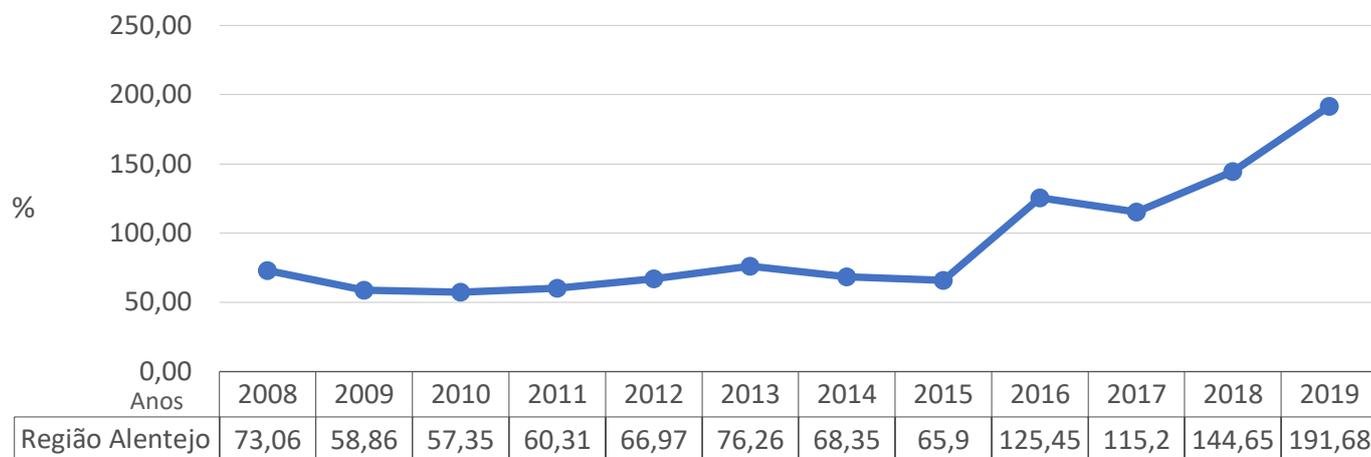


Gráfico n.º 38 - Grau de Liquidez Geral = Ativo Circulante (Existências + Dívidas de Terceiros de Curto Prazo + Caixa e Bancos) / Dívidas a Terceiros de Curto Prazo

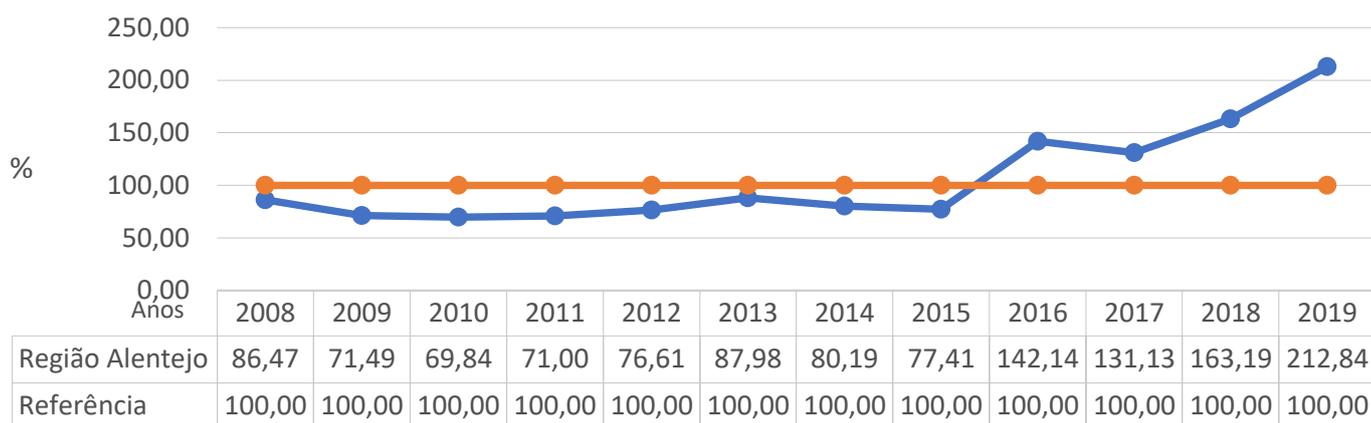


Gráfico n.º 39 - Rácio de Solvabilidade (Fundos Próprios / Passivo)

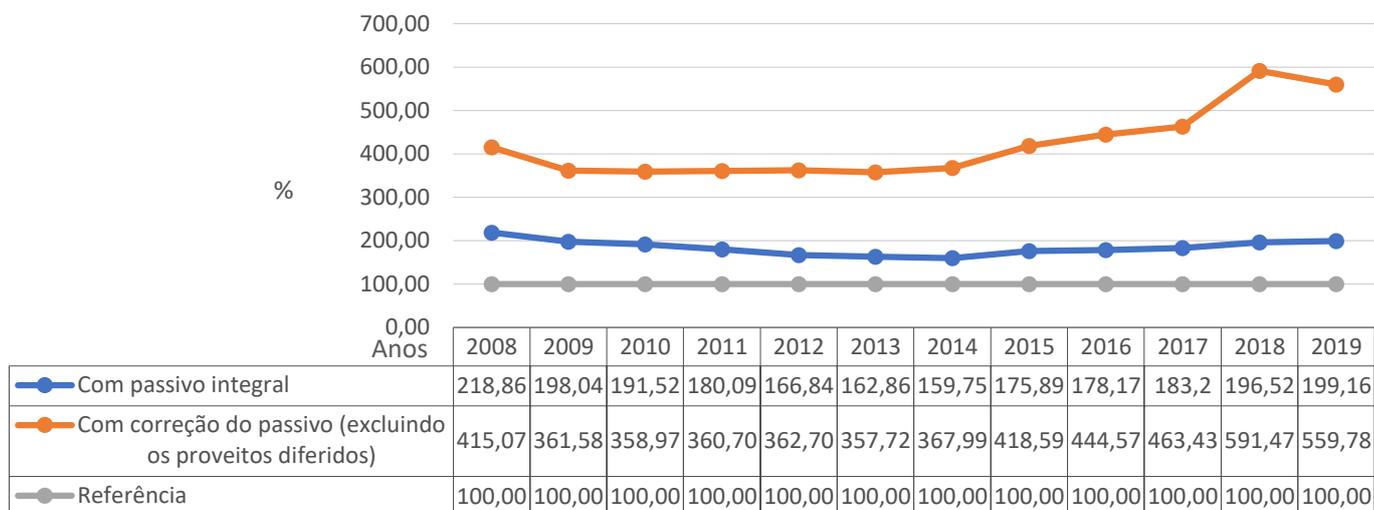
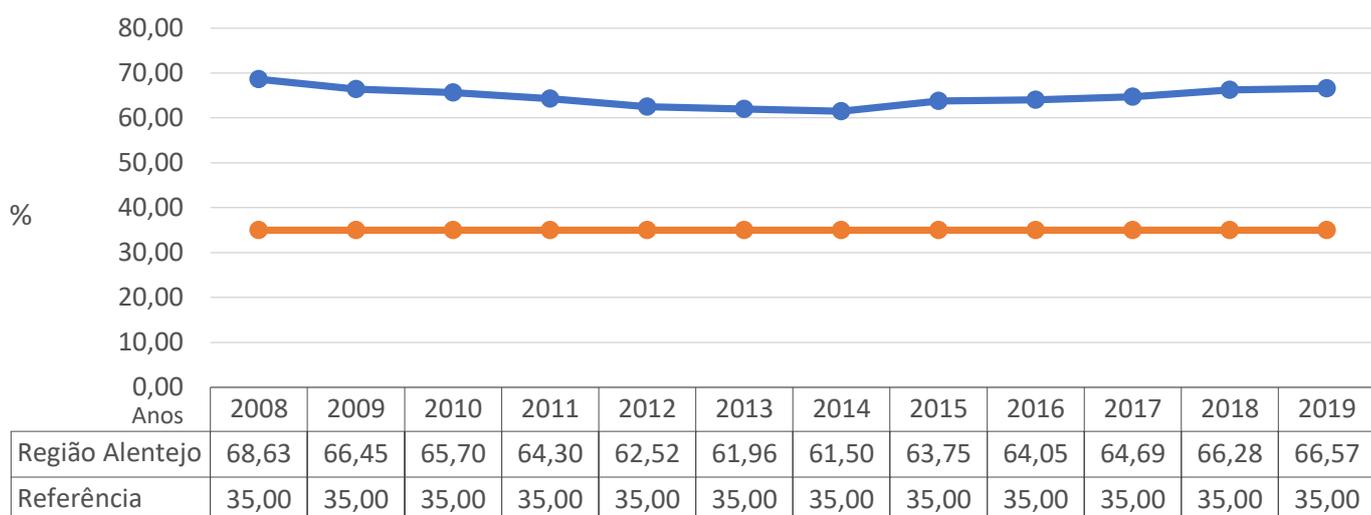


Gráfico n.º 40 - Autonomia Financeira = Fundos Próprios / Ativo Líquido Total



## CONCLUSÃO

Como considerações finais, destacamos o facto de se tratar do último ano em que vigora o POCAL, após ter sido implementado pelo Decreto-Lei n.º 54 A/99, de 22 de fevereiro, na medida em que foi preconizada uma nova reforma da contabilidade pública que resulta do Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro que aprovou o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP) e posteriormente, após sucessivos adiamentos, do Decreto-Lei n.º 84/2019, nos termos do disposto do n.º 1 do art.º 98º da Lei do Orçamento de Estado.

No entanto, importa sublinhar o esforço que os Municípios realizaram para que a implementação do POCAL obtivesse bons resultados, tratando-se de um mecanismo contabilístico bem-sucedido na administração local.

Na parte I deste relatório realizou-se uma análise financeira com base na informação retirada das prestações de contas dos 47 municípios da Região do Alentejo.

- Relativamente à Receita, constatamos que em termos gerais se registou um aumento da receita no valor de 53 717 554,22 milhões de euros (9,05%) no exercício de 2019 face a 2018.
- No que se refere à despesa, constatou-se também que existiu um aumento da despesa em termos globais no valor de 56 595 893,49 milhões de euros (9,67%).

Na parte II procedeu-se a uma análise patrimonial dos dados, verificando-se que em termos de liquidez geral se mantém uma evolução positiva, uma vez que o exercício de 2019 apresentou um aumento de liquidez em 29,9 milhões de euros (81,74%).

Constatou-se que o resultado líquido do exercício registou uma inversão da melhoria ocorrida em 2018, acentuando-se a tendência negativa, visto que passou de -610 milhares de euros para -16 ,79 milhões de euros.

Na parte III foram calculados os indicadores de gestão, donde retiramos as seguintes observações:

- O grau de cobertura da receita própria<sup>27</sup> sobre a despesa total continuou a registar uma ligeira descida, passando de 34,46 % em 2018 para 33,83 % em 2019;
- No que se refere ao endividamento de curto prazo<sup>28</sup>, este indicador apresentou uma forte melhoria, continuando o seu grau de cobertura no setor positivo, ou seja, passando dos 144,65 % em 2018 para 191,68 % em 2019;
- O rácio de solvabilidade (Fundos próprios / Passivo) continuou a ter um crescimento positivo, mais reforçado, passando o valor de 196,52 % em 2018 para os 199,16 % em 2019, tendo em consideração que o valor de referência é 100,00 %. Estes valores derivam da aplicação do Passivo integral, contudo, se expurgarmos do passivo os proveitos diferidos, o rácio, em 2018, sobe para os 559,78 %;
- No que toca ao indicador da autonomia financeira (Fundos próprios / Ativo líquido total), o mesmo regista uma melhoria, passando de 66,28 % em 2018 para 66,57 % em 2019, tendo em consideração que o valor de referência é de 35,00 %.
- O rácio de solvabilidade (Fundos próprios / Passivo) continuou a ter um crescimento positivo, mais reforçado, passando o valor de 196,52 % em 2018 para os 199,16 % em 2019, tendo em consideração que o valor de referência é 100,00 %. Estes valores derivam da aplicação do Passivo integral, contudo, se expurgarmos do passivo os proveitos diferidos, o rácio, em 2018, sobe para os 559,78 %;
- No que toca ao indicador da autonomia financeira (Fundos próprios / Ativo líquido total), o mesmo regista uma melhoria, passando de 66,28 % em 2018 para 66,57 % em 2019, tendo em consideração que o valor de referência é de 35,00 %.

<sup>27</sup> Receita própria = Impostos diretos + indiretos + taxas, multas e outras penalidades + rendimentos da propriedade + venda de bens e serviços + outras receitas correntes e de capital + venda bens de investimento + ativos financeiros

<sup>28</sup> (Dívidas a receber de curto prazo + caixa e bancos) / Dívidas a pagar de curto prazo

## ANEXO I

Quadro n.º 16 - Estrutura das Receitas Orçamentais <sup>29</sup>

Receitas Correntes	Receitas de Capital	Outras Receitas
01 - Impostos Diretos	09 - Venda de Bens de Investimento	15 - Reposições Não Abatidas nos Pagamentos
02 - Impostos Indiretos	10 - Transferências de Capital	
04 - Taxas, Multas e Outras Penalidades	11 - Ativos Financeiros	
05 - Rendimentos da Propriedade	12 - Passivos Financeiros	
06 - Transferências Correntes	13 - Outras Receitas de Capital	
07 - Venda de Bens e Serviços		
08 - Outras Receitas Correntes		
<b>Total da Receita Corrente</b>	<b>Total da Receita de Capital</b>	<b>Total Outras Receitas</b>
<b>Total das Receitas</b>		

Quadro n.º 17 - Estrutura das Despesas Orçamentais <sup>30</sup>

Despesas Correntes	Receitas de Capital
01 - Despesa com o Pessoal	07 - Aquisição de Bens de Capital
02 - Aquisição de Bens e Serviços	08 - Transferências de Capital
03 - Juros e Outros Encargos	09 - Ativos Financeiros
04 - Transferências Correntes	10 - Passivos Financeiros
05 - Subsídios	11 - Outras Despesas de Capital
06 - Outras despesas Correntes	
<b>Total da Despesa Corrente</b>	<b>Total da Receita de Capital</b>
<b>Total das Despesas</b>	

<sup>29</sup> DL n.º 26/2002 adaptado às autarquias locais<sup>30</sup> DL n.º 26/2002 adaptado às autarquias locais

## ANEXO II

Quadro n.º 18 - Unidades Sub-Regionais

<b>Alto Alentejo</b>	Alter do Chão	<b>Alentejo Litoral</b>	Odemira
	Arronches		Alcácer do Sal
	Avis		Grândola
	Campo Maior		Santiago do Cacém
	Castelo de Vide		Sines
	Crato		
	Elvas		
	Fronteira		
	Gavião		
	Marvão		
	Monforte		
	Nisa		
	Ponte de Sor		
	Portalegre		
	Sousel		
<b>Alentejo Central</b>	Alandroal	<b>Baixo Alentejo</b>	Aljustrel
	Arraiolos		Almodôvar
	Borba		Alvito
	Estremoz		Barrancos
	Évora		Beja
	Montemor o Novo		Castro Verde
	Mora		Cuba
	Mourão		Ferreira do Alentejo
	Portel		Mértola
	Redondo		Moura
	Reguengos de Monsaraz		Ourique
	Vendas Novas		Serpa
	Viana do Alentejo		Vidigueira
	Vila Viçosa		

